

Segregação Espacial, Mercado de Trabalho e Pobreza na Cidade de Belo Horizonte¹

Geraldo Márcio Timóteo

Prof. Associado da Universidade Estadual
do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

¹ Artigo baseado na Tese de Doutorado sob orientação do Prof. Jorge Alexandre Neves - UFMG

Resumo

Segregação Espacial, Mercado de Trabalho e Pobreza na Cidade de Belo Horizonte

A cidade de Belo Horizonte, desde sua origem, em 1897, é provavelmente uma das mais segregada espacialmente entre as grandes cidades brasileiras. A partir dessa informação, decidimos analisar os possíveis efeitos desta realidade no mercado de trabalho, mais especificamente sobre os ganhos salariais dos indivíduos residentes nas áreas de favelas identificadas como aglomerados sub-normais pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Para a realização desse trabalho testamos hipóteses sobre a inserção no mercado de trabalho dos indivíduos moradores em favelas comparando-os aos indivíduos que moram fora das favelas, tendo como referência as teorias de capital humano, a do capital social, além da literatura sobre segregação espacial e de mercados de trabalho.

A fim de avaliar os problemas propostos para investigação, analisamos os micro-dados da amostra especial do censo populacional 2000. Utilizando os dados descritos acima, estimamos diferentes modelos de regressão para aferir a probabilidade/razão de chance do indivíduo inserir-se no mercado de trabalho formal ou informal e o incremento da renda – transformado em logaritmo neperiano (\ln) — do rendimento do trabalho principal observando-se seu local de moradia, ou seja, dentro ou fora de uma favela e se localizada em área central ou periférica. Verificamos, ainda, a influência dos anos de escolaridade, experiência em trabalho e atributos adscritos como cor e gênero.

Pudemos afirmar, então, que a fixação de residência dentro do aglomerado urbano subnormal é um elemento limitador da possibilidade do indivíduo incluir-se no ciclo econômico dinâmico da cidade, ainda que ele esteja representado no mercado de trabalho formal, pois é vitimado com uma conseqüente diminuição de sua capacidade de consumo. Os principais achados foram que: 1) mantendo todo o resto constante, viver em uma favela, apesar de não influir no nível de emprego ou no acesso ao mercado formal, em relação ao mercado informal, leva sim, à diminuição dos resultados esperado do rendimento individual em cerca de onze por cento (11%); e 2) mantendo todo o resto constante, aqueles indivíduos que vivem em uma "favela" central têm resultados mais elevados, em quase sete por cento (7%), do que aqueles que vivem nas favelas de periferia.

Ao final, com base nos resultados, podemos ver que a segregação espacial tem um efeito líquido sobre os ganhos dos indivíduos favelados. Mais especificamente, podemos concluir que viver em uma favela diminui as chances dos indivíduos de escaparem da pobreza, e aqueles que vivem nas favelas mais periféricas são ainda mais desfavorecidos.

ABSTRACT

Spatial Segregation, Labor Market and poverty in the city of Belo Horizonte.

Since its foundation, in 1897, Belo Horizonte has probably been one of the most spatially segregated large cities in Brazil. Based on that information, we decided to analyze the possible effects of this reality on the labor market, especially in terms of wage gains of the individuals who reside in the slums identified as below average conglomerates by IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics).

For this work to be completed, we tested hypotheses on the insertion into the labor market of the individuals who live in the slums, comparing them to the individuals who live out of the slums, using as a reference the theories on human and social capital, as well as the literature on spatial segregation and labor markets.

In order to analyze the problems proposed for investigation, we analyzed the micro data from the special sample of the population count of 2000. Using the data described above, we estimated different regression models to assess the likelihood/ratio of the individual to be inserted into the formal or informal labor market and of the increase in the income – transformed into neperian logarithm (ln) – of the main job, considering the dwelling place, that is, in or out of a slum, and in a central or in a peripheral area. We also verified the influence of the number of school years, the work experience, and inherent features such as color and gender.

We could thus sustain that settling within the below average urban conglomerate is a limiting factor to the possibility of inclusion of the individual into the city's dynamic economic cycle, even though this individual is represented in the informal labor market, for he or she is a victim of the consequent reduction in its consumption capacity. The main findings were: 1) if we keep all the rest constant, living in a slum, despite not affecting the job level or the access to the formal market, in relation to the informal market, it does lead to the decrease in the expected results of the individual income in around eleven per cent (11%); and 2) if we keep all the rest constant, those individuals who live in a central slum present higher results, almost seven per cent (7%) more than those who live in the peripheral slums.

Finally, based on the results, we can see that spatial segregation has a net effect on the gains of the individuals who live in the slums. More specifically, we can conclude that living in a slum diminishes the likelihood of the individual to escape poverty, and those who live in the more peripheral slums are in an even more disadvantageous position.

Introdução

A cidade de Belo Horizonte, desde sua origem, em 1897, é uma das mais segregadas espacialmente entre as grandes cidades brasileiras. A partir desta informação, decidimos analisar os possíveis efeitos desta realidade no mercado de trabalho, mais especificamente, sobre os ganhos salariais dos indivíduos residentes nas áreas de favelas identificadas como aglomerados sub-normais pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A fim de avaliar os problemas propostos para investigação, analisamos os micro-dados da amostra especial do censo populacional 2000. Utilizando esses dados, estimamos diferentes modelos de regressão para aferir a probabilidade/razão de chance do indivíduo inserir-se no mercado de trabalho formal ou informal e o incremento da renda – transformado em logaritmo neperiano (\ln) — do rendimento do trabalho principal observando-se seu local de moradia, ou seja, dentro ou fora de uma favela e se localizada em área central ou periférica. Verificamos, ainda, a influência dos anos de escolaridade, experiência em trabalho e atributos adscritos como cor e gênero.

Para a realização desse trabalho testamos hipóteses sobre a inserção no mercado de trabalho dos indivíduos moradores em favelas comparando-os aos indivíduos que moram fora das favelas, tendo como referência as teorias do mercado dual e da teoria de capital humano e Capital Social.

2. Aspectos Teóricos

Entre as teorias que lidam com a formação do mercado de trabalho, temos a do mercado dual cuja origem está, principalmente, nos estudos da formação e funcionamento do mercado de trabalho das economias industriais avançadas. Para Piore (1979) e Averitt (1968), os mercados de trabalho se dividem entre setores primário e secundário. O setor primário seria marcado por empregos estáveis, qualificados, bem remunerados e por boas condições de trabalho. Isso devido ao fato de as funções desenvolvidas exigirem maior nível de conhecimento e de experiência para o desempenho das atividades levando à obtenção de retornos econômicos mais elevados.

Já os trabalhadores do setor secundário estariam sujeitos a empregos instáveis, com um forte grau de desqualificação, baixos salários, benefícios limitados, piores condições de trabalho e pouca capacidade de ascenderem a cargos mais bem remunerados. No caso americano, por haver dificuldades em que trabalhadores locais sejam recrutados

para esses postos de trabalho, boa parte dos trabalhos secundários são realizados a partir do recrutamento de imigrantes para trabalharem nesse setor (TAUBMAN e WACHTER, 1986; PIORE, 1979; AVERITT, 1968).

No caso do Brasil, as análises sociológicas a partir da teoria do mercado dual fixam seus olhares sobre os estudos da formação de um mercado de trabalho que se divide em formal e informal. Esse processo está inserido em um contexto em que, a partir dos anos 90, se verifica uma nítida evolução dos setores de serviços — intensivos em mão-de-obra — com uma redução na indústria de transformação — que passou por uma longa experiência de transformação tecnológica e incorporação de trabalhadores mais qualificados, sem, contudo, deixar de utilizar a mão-de-obra menos qualificada. Em um mesmo espaço de trabalho, haveria indivíduos incorporados ao setor mais avançado da empresa, utilizando equipamentos tecnologicamente mais desenvolvidos e, por isso, possuindo uma maior qualificação; juntamente com indivíduos que ocupariam funções auxiliares e com um baixo teor tecnológico, sendo portadores de baixa qualificação e salários inferiores àqueles outros.

A teoria do mercado de trabalho dual nos permite, ainda, compreender as condições objetivas do contrato de trabalho a que está submetido o indivíduo, ou seja, sobre a sua capacidade de estar incorporado ao trabalho formal ou não, e, também, acerca de sua capacidade de obter uma maior ou menor remuneração, de estar incorporado as situações de emprego que lhe proporcione oportunidades de melhoria e aprendizagem de novas funções. Segundo a teoria, o mercado de trabalho seria um espaço social crivado por posições adscritas, sendo clara a relação entre sexo, idade e cor nas condições de obtenção de postos de trabalho.

O processo de restrição de acesso ao Mercado de Trabalho a diferentes tipos de trabalhadores, com poderes de barganha diferenciados, cria, então, um espaço social com regras e critérios próprios. Esse processo, ao ser investigado, possibilita que compreendamos como a sociedade estrutura suas microrrelações entre empregos e múltiplos trabalhos na sociedade industrial em que vivemos, permitindo aos indivíduos obterem ou não renda suficiente para suprir suas necessidades diárias. Tal fato torna a compreensão dos mecanismos de acesso ao Mercado de Trabalho a chave central para o entendimento do funcionamento da própria distribuição das recompensas sociais nas sociedades industriais.

Na leitura sobre mecanismos de inserção no mercado de trabalho, uma das teorias que se destaca é a do Capital Humano, desenvolvida por Schultz (1973) e Becker

(1965, 1964, 1962). Essa teoria é derivada da teoria econômica neoclássica e expõe a idéia de que um maior aperfeiçoamento da força de trabalho aumenta a eficiência econômica dos trabalhadores e permite o aumento da renda individual com uma consequente permanência no mercado de trabalho.

Esses autores evidenciaram a existência de um tipo especial de capital cuja origem funda-se nas escolhas feitas pelos indivíduos ao investirem em si mesmos como forma de obterem dividendos futuros e o diferenciariam de outros tipos de capitais, tais como, o econômico, o cultural e o social. Eles fundaram, a partir dessa leitura, um corpo teórico e metodológico que ficou conhecido como Teoria do Capital Humano.

Na visão de seus autores, o capital humano teria como elemento fundamental o papel da educação em suas diferentes formas de apresentação. Mas não só isso, também saúde, estado civil, migração e idade fariam parte da equação que corresponderia ao estoque de Capital Humano detido pelo indivíduo. E, assim, baseado no maior estoque de capital humano, esse indivíduo apresentaria uma melhor produtividade marginal e elevaria o seu potencial de barganha no mercado de trabalho, negociando a aplicação de seu capital assim como o faz qualquer capitalista (SCHULTZ, 1961; BECKER, 1964).

Para Schultz (1961), o investimento em educação feito pelo indivíduo deveria ser visto como diferente da compra de um bem, tanto pelas dimensões qualitativas, quanto quantitativas. Isso porque o consumo pode ser visto sob aspectos distintos e dividido em três categorias, sendo a) o consumo que não acrescenta nada em termos de capacidade ao indivíduo; b) o consumo que privilegia o desenvolvimento das capacidades individuais e c) os gastos que buscam conjugar os dois elementos. Schultz diz que o investimento no indivíduo se dá

“quando este indivíduo faz investimento em si mesmo, em qualquer parte do agente humano e isto não pode ser vendido. Entretanto, esse investimento o coloca em contato com o mercado, influenciando rendas e salários. O aumento em ganhos é o produto do investimento feito em capital humano”
(Schultz, 1961: 8, tradução nossa).

Esses argumentos trouxeram consigo outras suposições, como aquelas em que o maior investimento em capital humano por longo prazo levaria à redução do custo geral, pois iriam gerar crescimento endógeno, aumentando a tendência à especialização dos indivíduos e, conseqüentemente, da divisão do trabalho.

Outra consequência do Conceito de Capital Humano é a criação da noção de Empregabilidade, pois, segundo a teoria, existe uma relação estreita entre

desenvolvimento econômico e desenvolvimento educacional. De outra forma, esse conceito quer demonstrar, claramente, a desigualdade de oportunidade na busca de emprego entre os indivíduos, calculando um percentual de requisitos que devem ser adquiridos pelas pessoas a partir de uma noção básica “o que quer o mercado ” ou o que tem sido aceito como sendo “um ótimo” para uma pessoa ser empregável. Por isso é que se observa, em inúmeras atividades governamentais, a existência de planos de incremento das habilidades formais dos indivíduos, através do investimento em Capital Humano, como elemento essencial na elevação da sua capacidade de serem atrativos ou empregáveis pelas empresas, resultando em melhorias em sua posição na estrutura de recompensas da sociedade, ou seja, na estratificação social.

Portanto, um dos elementos básicos no entendimento sociológico da estratificação social e dos níveis de desigualdade, podemos dizer, é a posição ocupacional do indivíduo no mercado de trabalho que será compreendida, em grande medida, pela classificação das profissões a qual se faz a partir da similaridade das funções necessárias ao desempenho dos serviços em relação as demais profissões, ver Cherkaoui (1995: 137).

Em relação as proposições da teoria do Capital Social, podemos começar por Pierre Bourdieu (1986), que aponta que o Capital Social constitui-se em um agregado de recursos originários das relações sociais, institucionalizadas ou não, reconhecido mutuamente entre os participantes dessa interação. Podemos considerar, então, que o Capital Social de um indivíduo dependeria do tamanho e da intensidade dessas relações mobilizadas a seu favor. Outros autores desenvolvem teorias a partir do conceito de Capital Social dando ênfase em outros pontos da estrutura social considerados mais determinantes do que a individualidade apontada pela linha de Bourdieu. Robert Putnam (1996), por exemplo, coloca que a estrutura social na qual o indivíduo está inserido é a responsável pelo capital social, não pertencendo a nenhuma pessoa em especial. Esse capital social seria representado pela confiança, pelas normas e pelos sistemas que contribuiriam para aumentar a eficiência de ação da própria sociedade. A formação de sistemas de interação e comunicação dentro da estrutura social, que, segundo Putnam, conformar-se-ia em um sistema vertical e outro horizontal, levaria à criação de diferenças dentro da estrutura social. Assim, no sistema vertical haveria a retenção de informações entre as partes e uma conseqüente assimetria e dependência. No sistema horizontal, os agentes teriam o mesmo *status* e o mesmo poder, promovendo um quadro maior de reciprocidade.

Outro autor, James Coleman (1990), afirma que o capital social é fruto das interações entre os recursos sociais agregados dos indivíduos e seu grupo, indo além quando afirma que o capital social pode ser detido também por corporações, que agiriam em busca de satisfazer seus interesses dentro de normas que respeitariam as estruturas sociais e as reforçariam, gerando confiança entre seus membros.

Temos, então, comum aos três autores, que a formação do Capital Social, seja ela pelo indivíduo, grupo ou corporação, é sempre uma ação no sentido de maximizar os seus interesses e está baseada em seis dimensões importantes: a) participação social; b) reciprocidade; c) confiança; d) normas sociais; e) valores compartilhados; e f) proatividade. Assim, inserir-se em uma rede social é estar substancialmente ligado ao Capital Social desenvolvido pelo sujeito. Então, quanto maior o seu capital social, maior é a expectativa de manter-se inserido em um mercado de trabalho ou educacional que lhe permita diminuir os riscos de exposição a situações sociais inadequadas, como uma pobreza extrema.

Por apresentar-se como capaz de incorporar em sua análise dimensionalidades não consideradas por outras linhas teóricas/metodológicas, vimos crescer o interesse em desenvolver essa abordagem na leitura das oportunidades de os indivíduos assumirem, com maior ou menor chance, uma posição na estrutura ocupacional. Assim, introduziram-se dimensões analíticas negadas pela Escola Funcionalista, em sua vertente da teoria do Capital Humano e pouco exploradas por aquelas que se intitulam meritocráticas ou credencialistas. Logo, a teoria do capital social irá demonstrar que há uma ligação entre a capacidade dos indivíduos de estabelecerem contatos sociais e as respostas que obtêm ao acessar as posições sociais.

Essa compreensão possibilita-se entender que a ausência de contatos sociais extensos — os laços fracos a que se refere Granovetter (1973, 1985), que abordaremos mais à frente —, fora do círculo de relações familiares, seria um impedimento sério para o progresso social dos indivíduos. Esse processo tem repercussões sobre as condições dos indivíduos de ingressarem no mercado de trabalho.

Para determinar, contudo, a formação do Capital Social dos indivíduos, é preciso traçar sua trajetória de vida, de modo que possamos investigar tanto sua inserção no mercado de trabalho como na rede de suas ligações sociais. É oportuno dizer que rede será um conceito muito utilizado por essa abordagem, já que traz consigo uma idéia de interação e ligação entre partes que, de outra forma, não entrariam em contato ou mesmo se formariam enquanto tais.

Como parte da formação das redes, podemos pensar os grupos religiosos, grupos de amigos, times de futebol, equipes e/ou grupos de trabalho, sindicatos e federações de sindicatos, Organizações Não Governamentais, grupos de pesquisas, comunidades da internet, etc.. Ao percebermos essa formação de contatos sociais, podemos desenvolver um quadro analítico que permite estabelecer uma comparação entre indivíduos dentro e fora do circuito analisado, percebendo suas chances de sucesso a partir de sua participação em uma organização ou não. Dessa forma, não se perde o elemento relacional estabelecido por Bourdieu, como necessário para a execução de uma análise sociológica.

Assim, podem ser percebidos, a começar de uma análise que investigue o envolvimento dos indivíduos na sociedade, os fatores que respondem pelas seis dimensões apontadas anteriormente como parte do capital social. Dessa forma, a partir de sua participação social em entidades de classe, religiosas, etc., poderíamos verificar o estabelecimento de um mecanismo de reciprocidade devido ao aumento da confiança dos outros indivíduos na capacidade de desempenho do indivíduo analisado.

Esse processo dá-se, claramente, pelo aprendizado de normas sociais pertencentes a outros ambientes sociais, além daquele em que o indivíduo foi socializado. A partir do aprendizado e do compartilhamento de valores sociais transmitidos pelos membros do círculo em que se está participando, pode-se perceber a capacidade dos sujeitos de agirem no sentido de melhorarem sua participação no mercado de bens sociais e econômicos a que tem acesso sua rede de contatos sociais.

Esse elemento é tão ou mais importante quando observamos sua implicação para uma sociedade que vive as consequências drásticas do desemprego, conforme abordado anteriormente (ANTUNES, 2002, 1999; DIEESE, 2001; ALVES, 2000; MATTOSO, 1999; ROCHA, 1999), o que, em muitos casos, só é superado pela rede estabelecida de contatos. Veremos surgir essa proposição à medida que nossas hipóteses sobre o capital humano e o mercado dual se mostrarem verdadeiras.

Inclusive, aqui, considerar-se-á que boa parte das possibilidades de acesso a uma rede social, que poderia elevar a inserção social dos sujeitos, é beneficiada ou prejudicada pelo fator ocupação do espaço urbano, tanto quanto a questão da cor, da idade, do gênero. Demonstraremos que a dimensão espacial é um dos elementos que carrega consigo uma forte modalidade de exclusão ou, mais precisamente, de segregação socioespacial que atua em diversas dimensões da estrutura social, tais como, o emprego e a remuneração.

Assim, os modelos que se estruturam pela leitura de dados agregados de educação e renda não explicam totalmente a sobrevivência dos indivíduos que não se enquadram nos modelos analíticos tidos como explicativos da formação da sociedade moderna. Buscar entender a maneira como está organizada a sociedade para essa corrente de pensamento é mais do que determinar suas chances de alcançar posições ocupacionais abstratas e classificatórias. É procurar saber qual o tipo de trabalho que é desempenhado, quem o desenvolve, onde é realizado e como esse trabalho foi obtido. Mas, também, os mesmos fatores podem ser utilizados para perceber o processo de reprodução social que sustenta a posse de posições de poder na estrutura social em mãos dos mesmos agentes sociais. Contudo, apesar da deficiência nas leituras por dados agregados, elas nos permitem obter dados importantes e permitem inferir que parte dos resultados obtidos podem ser atribuídos pela posse de contatos sociais extensos que alteram a capacidade individual de inserir-se nas oportunidades de renda e emprego.

Dessa maneira, as análises que focam as mudanças no mercado de trabalho de uma era fordista – na qual os requisitos de habilidades e treinamentos eram adquiridos nas fábricas — para uma era da chamada especialização flexível — em que os requisitos formais de empregabilidade são, cada vez mais, credenciais adquiridas no banco da escola, (CATTANI, 2002, 2003; ANTUNES, 2002; ALVES, 2000; AMADEO e ESTEVÃO, 1990) — não lançam mão de um arcabouço teórico/metodológico eficaz para perceber a manutenção de estratégias de sobrevivência que perpassam grupos das mais variadas ordens, inclusive, membros das elites.

Assim, quando a teoria do Capital Humano afirma que os novos mercados de trabalho requerem treinamento intensivo no domínio das novas tecnologias utilizadas nas fábricas, e mesmo em setores como comércio, seguros e bancos, ela não consegue explicar o fato de que o acesso a essa formação está restrito a um estrato social permanente.

Como vimos até aqui, podemos aceitar que o capital humano seja um fator que permite a diferenciação nas oportunidades de trabalho no mercado em que estão inseridos os trabalhadores, sejam eles pobres, competindo com pobres, ou oriundos de famílias com posses, competindo com os demais, mas não é o único, nem o principal. Autores como Rocha (1999) e Lucena (1999) afirmam que a rede de relações sociais, parte integrante da Teoria do Capital Social, tem servido como elemento que ameniza os efeitos da pobreza.

No entanto, como demonstra o economista Glen Loury (apud PORTES, 1998), criticando a teoria Neoclássica, a rede de relações sociais detidas por um indivíduo pobre pode ser a razão de sua permanente condição de penúria. Loury, analisando a situação americana, afirma que as desigualdades raciais poderiam ser perpetuadas por duas razões, quais sejam, primeiro, a de que há uma herança de pobreza de pais negros, que é transmitida para crianças em forma de baixos recursos materiais e oportunidades educacionais e, segundo, as conexões existentes entre jovens negros e pobres com o mercado de trabalho é fraca e deficiente, levando a que haja uma ausência de informações acerca de oportunidades de trabalho com melhor remuneração. Esse autor aponta para a literatura sociológica sobre mobilidade intergeracional e heranças de raça como exemplos dos argumentos anti-individualistas.

Os argumentos de Loury podem ser aplicados, também, aos pobres brasileiros. Muito do capital social que se encontra é representado pelo intercâmbio de favores e pela inserção em redes de baixa intensidade em contatos sociais, o que responde por sua pouca efetividade em produzir resultados altamente transformadores das condições objetivas de vida dessas pessoas. Enquanto nas camadas mais altas o inverso é verdadeiro, pois a participação em círculos de amizade e em entidades permite o estabelecimento de relações cruciais para o sucesso de perspectivas de acesso e manutenção do *status* social. Assim, podemos ter essa confirmação na frase de Abramovay, quando diz que

“o capital social será tanto mais forte quanto mais ele permitir a ampliação do círculo de relações sociais em que vivem aqueles que participam de sua construção” (2002: 11).

Da mesma maneira que o capital social pode servir para a análise micro na compreensão dos fundamentos das relações individuais e suas ligações sociais capazes de lhe permitir um encontro com oportunidades de trabalho e ascensão social, que, de outra forma, não ocorreriam, ele também pode ser usado para a análise macro, em que se procura responder questões sobre o porquê do desenvolvimento atingir, diferentemente, regiões e nações. Abordagens do capital social têm demonstrado que a formação de instituições que permitem a organização de informações e auxiliam em seu uso são fundamentais.

Conforme Robert Putnam (1996), o capital social refere-se à existência, em uma comunidade, daquelas características sociais que permitem aos indivíduos sentirem-se à vontade para produzir uma organização social. Isso irá agir no sentido de gerar mais

eficiência nos processos que envolvem a necessidade de participação e decisão coletiva. Trata-se, na verdade, dos elementos que o autor denomina de capacidade cívica de determinados grupos sociais e que vai apresentar-se através de associações que buscam o bem de todos. Ao se organizarem coletivamente, essa união fortalecerá a busca pela realização de direitos tanto civis, quanto políticos e sociais. Dessa maneira, Putnam vai afirmar que é a presença ou a ausência de tais fundamentos que fornece o modo peculiar de ação cidadã das diferentes sociedades.

Putnam chegou a essas conclusões analisando o desenvolvimento italiano de 1970 até 1989. Ele configurou, em sua análise, os elementos que favoreciam o desempenho dos governos regionais no Norte da Itália em detrimento do Sul do país. As desigualdades encontradas levavam a região Norte a ser mais desenvolvida, enquanto a região Sul era empobrecida. Sua busca inicial foi reproduzir aquilo que havia de eficiente no Norte para ser levado ao Sul, alterando as políticas dos governos regionais de modo a adotarem as mesmas práticas.

Putnam encontrou que o que permitia uma maior eficiência estava relacionado ao papel das tradições cívicas, sendo esses os elementos que puderam contribuir para o Norte se tornar mais eficiente que o Sul. A confiança mútua estabelecida no Norte permitiu o desenvolvimento de instrumentos de cooperação entre os indivíduos, fortalecendo o sentimento de pertencimento à comunidade e, conseqüentemente, as relações sociais, levando à consolidação das instituições e permitindo a superação de problemas ligados ao desenvolvimento e manutenção das estruturas sociais.

Dessa forma, Putnam verificou que a participação constituía-se no elemento que iria permitir ao grupo criar e compartilhar princípios morais e éticos, dando forma à ação do próprio grupo. Assim,

“para a estabilidade política, para a boa governança e mesmo para o desenvolvimento econômico, o capital social pode ser mais importante até do que o capital físico e humano”
(PUTNAM, 1996: 192).

Podemos dizer que a abordagem do Capital Social vem reforçar a posição da existência de mecanismos sociais desenvolvidos pelas comunidades no sentido de reforçar seus aspectos de cultura comum e solidariedade, demonstrando que os grupos humanos funcionam fortemente no sentido de alterarem seus destinos.

Existem inúmeras críticas quanto à possibilidade de criar-se ou não capital social dentro de comunidades e/ou sociedades mais amplas. No entanto, para nosso trabalho, importa constatar empiricamente a existência de diferenças na inserção dos indivíduos

no mercado de trabalho, seja por meio de empregos no mercado formal, maior número de indivíduos desocupados ou diferenças de renda relevantes. Esses mecanismos sociais informam o tipo de resposta social que é dada pela sociedade aos indivíduos de acordo com seu pertencimento a um ou outro estrato social, fugindo dos elementos intrinsecamente individualistas, como proposto pela teoria do Capital Humano.

Esses elementos, por si, sustentam a maior parte das leituras em que nos apoiamos para a realização deste trabalho e que apontam que as estruturas sociais respondem, em grande parte, pelas possibilidades de sucesso a que estão submetidos os indivíduos em sociedade. Contudo, isso não implica desconhecer que os indivíduos são portadores de características próprias e que fazem uso delas em seu próprio benefício.

Assim, podemos, ainda, acrescentar que as críticas ao trabalho de Putnam (mais ênfase a um determinismo cultural, impossibilitando a transferência de experiências de um local a outro, pelo fato de os indivíduos não estarem dispostos a mudar seus hábitos sociais rapidamente) não inviabilizam o fato de ele detectar, a partir do uso de seu arcabouço teórico/metodológico, a existência desse tipo de associação.

Trabalhos posteriores chegaram a conclusões diversas das de Putnam quanto à possibilidade de alteração dos comportamentos sociais, no que se refere às capacidades de se organizar civicamente e, também, sobre a posse de Capital Social pelos indivíduos, (AGUIAR *et al.*, 2007; NEVES, J., 2007; PORTES, 1998), afirmando que o capital social pode e é usado pelos indivíduos em seu benefício.

“O estoque de capital social que um agente individual possui depende da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é de posse exclusiva de cada um daqueles a que está ligado” (NEVES, J., 2007: 4).

Corroborando tal possibilidade, Kliksberg, (2002) fala-nos de várias experiências internacionais nas quais teria havido alterações no capital social a partir de movimentos sociais e políticas de Estado.

Ainda, para demonstrar a importância do indivíduo no processo de obtenção de Capital Social, devemos abordar o trabalho de Granovetter (1985), que desenvolve o conceito de laços fracos e fortes como instrumento que permite a inclusão dos indivíduos em círculos amplos (laços fracos) ou restritos (laços fortes). Esse processo agiria no sentido de responder pela capacidade dos indivíduos de construir pontes eficazes de relacionamento social com o objetivo de se beneficiarem de oportunidades no campo das atividades afetivas e ocupacionais. O laço fraco, ou seja, aquele

estabelecido entre a rede de amigos, associações, etc., permitiria ao indivíduo transitar em campos diversos da sociedade e tornaria a sociedade mais coesa. Ao passo que o laço forte, representado pela família, por núcleos duros de organizações fechadas, que evitam contatos mais amplos, levaria ao isolamento social dos membros e a uma possível fragmentação da sociedade em núcleos individuais.

Dessa forma, podemos perceber que, para Granovetter (1973), a efetividade de um laço seria resultado da combinação do tempo apreendido pelos indivíduos para sua formação com a intimidade com que conseguem transitar pelas suas normas e pelos seus membros, criando um sentimento de pertencimento que deve ser recíproco. Isso leva a que os membros ou participantes do laço prestem serviços entre si, o que, de outra forma, não se evidenciaria. O estudo de Prates *et al* (2007) sobre o capital social em Belo Horizonte é claro em descrever o papel das redes sociais secundárias, os laços fracos, aqui abordado, para efetivamente produzir resultados que beneficiam seus portadores.

Foi também Granovetter (2002) quem forjou o termo *embedding*, que quer dizer enraizamento, que é considerado juntamente com a análise de redes. Ele sugere que a tarefa de uma sociologia que se interessasse pelas questões econômicas, uma sociologia econômica, deveria ser a de localizar a forma pela qual essas ações econômicas são estruturadas por meio de redes. Dessa forma, ele aponta discordâncias em relação às leituras da economia tradicional que vê na ação econômica, unicamente, uma razão para a maximização de suas potencialidades. Granovetter (2002) sugere que as ações econômicas respondem muito mais à forma como estão montadas as estruturas sociais e como elas responderão às iniciativas particulares. Assim, podemos, sucintamente, verificar que esse autor sustenta, também, na economia, a necessidade de se levar em conta as estruturas sociais.

A partir dessa abordagem, podemos apresentar a hipótese de que os efeitos do capital social atuam sobre os indivíduos fazendo com que haja reflexos sobre sua incorporação ao mercado de trabalho. Como a literatura que aborda a condição social dos moradores de áreas como as favelas aponta para a formação de um estigma territorial e para a possibilidade da formação de laços sociais pobres dentro dessa comunidade com a comunidade do seu entorno.

3. As hipóteses

Para verificarmos a capacidade explicativa

1) Baseado na teoria de capital humano, esperamos que trabalhadores com maior estoque de capital humano terão melhor inserção no mercado de trabalho formal;

2) A partir dos estudos dos efeitos do capital humano sobre o mercado de trabalho, esperamos que, mantido tudo o mais constante, o indivíduo residente em uma favela terá a mesma remuneração quando comparado aos indivíduos que moram fora das favelas;

3) Baseado na teoria de capital social, mantido tudo o mais constante, o indivíduo residente em uma favela terá maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal;

4) Fundamentado na teoria de capital social, temos que o trabalhador residente em favelas próximas ao centro da cidade terá melhor inserção no mercado de trabalho formal, comparado ao trabalhador residente em favelas da periferia;

5) Baseado nas mesmas proposições da teoria do capital social, o trabalhador residente em favelas próximas ao centro da cidade terá melhor remuneração no mercado de trabalho, comparado ao trabalhador residente em favelas da periferia;

6) Fundamentado nas proposições da teoria do mercado dual, afirmamos que a fixação de residência dentro do aglomerado urbano subnormal, a favela, é um elemento limitador da possibilidade de o indivíduo incluir-se no ciclo econômico dinâmico da cidade, ainda que ele esteja representado no mercado de trabalho formal, pois é vitimado por uma consequente diminuição de sua capacidade de consumo.

4. Metodologia

Para a pesquisa, utilizamos os resultados do Censo Demográfico de 2000, do IBGE. Tratamos a população em dois estratos, distinguindo-a entre: a) moradores de favela (aglomerados subnormais) e b) moradores fora da favela. Através de tratamento estatístico específico, procuramos compreender e identificar as variáveis que respondiam com força causal para a exclusão do acesso ao mercado de trabalho dos moradores de vilas e favelas. Foram analisados aqueles indivíduos que estavam empregados ou não na semana de referência do censo 2000 (23 a 29 de julho de 2000).

Em nossa análise partimos do pressuposto que para entender processos de interação social é necessário que busquemos perceber se há uma possibilidade de se verificar causalidade entre as variáveis, para isso fizemos uso de instrumentos analíticos

que oferecem melhores condições de lermos esses aspectos da realidade vivida pelos indivíduos que residem em ambientes distintos, como as favelas e fora delas.

Para que isso seja feito, utilizamos as chamadas análises causais que são aquelas baseadas em modelos multivariados. Isso porque a teoria estatística da causalidade determina que só se possa falar em causalidade quando encontramos uma precedência temporal, isto é: a) se X é causa de Y, X deve preceder no tempo a ocorrência de Y; podemos falar, também, de associação estatística, isto é: se X é causa de Y, X e Y precisam estar estatisticamente associados; e, ainda, temos que buscar eliminar as causas concorrentes que podem estar ocasionando a existência de Y, para além da ocorrência de X. Assim, temos que somente as técnicas estatísticas multivariadas podem oferecer a inferência necessária para a eliminação ou controle das causas concorrentes.

Dessa forma, a variável a ser explicada é a probabilidade/razão de chance de o indivíduo inserir-se no mercado de trabalho formal ou informal e o incremento da renda – transformado em logaritmo neperiano (\ln) — do rendimento do trabalho principal, observando-se o local de sua moradia, ou seja, se dentro ou fora de uma favela, e a posse de anos de escolaridade, experiência em trabalho, além de atributos adscritos, como cor e gênero. Para tanto, utilizamos o Modelo Estatístico da Regressão Multinomial Logística, e o Modelo de Regressão Linear de Mínimos Quadrados Ordinários para a análise dos rendimentos.

O modelo de Regressão Multinomial Logística é adequado ao nosso objetivo de avaliar um conjunto de variáveis categóricas (nominais), sendo uma delas estar morando em uma favela ou não, sobre uma variável dependente com três categorias que, neste caso, nos dará a probabilidade/razão de chance de o indivíduo inserir-se no mercado de trabalho formal e informal ou estar desocupado.

Os modelos logísticos, de acordo com Valle Silva (1990: 158), são modelos adequados para variáveis dependentes qualitativas e se assemelham aos modelos de Regressão de Mínimos Quadrados Ordinários. Eles permitem avaliar as chances explicativas de uma das variáveis de controle sobre a variável dependente. Pode-se, assim, inferir uma causalidade dentro do universo investigado.

Temos que ter clareza, conforme nos alerta Valle Silva, de que o modelo é apenas uma expressão matemática que busca o estabelecimento de uma frequência esperada — no sentido de uma probabilidade — apresentando os “efeitos das variáveis envolvidas e das relações entre elas” (VALLE SILVA, 1990: 113).

Ao utilizarmos o modelo logístico, buscamos analisar as variáveis dependentes qualitativas que podem assumir apenas duas posições — uma é estar morando dentro de uma favela ou fora dela e a outra é trabalhar no mercado formal ou informal. Essas variáveis são binárias por apresentarem duas possibilidades de resposta. O modelo logístico tem como equação geral, segundo Gujarati (2000: 561)

$$Li = \text{Ln} [p_i(1-p_i)] = \beta_1 + \beta_i X_i + u_i.$$

As variáveis que introduzimos no modelo são: sexo; idade; educação; salário ou renda; anos de escolaridade completos; ser morador de favela; ser morador fora da favela; experiência; setor formal; setor informal; sexo do chefe do domicílio; distância do centro comercial.

5. Análise multinomial pela situação de mercado para Belo Horizonte.

A análise dos dados com a regressão multinomial permite verificar o efeito de uma variável sobre a outra, controlando-se outras variáveis independentes que sejam relevantes, isto é, que seja observado o efeito líquido de cada uma das variáveis sobre a variável dependente, controlando o efeito das demais variáveis.

Assim, analisando a situação para a variável dependente, composta por Desocupados, Ocupados Informalmente e Ocupados Formalmente, temos que apenas 4 (quatro) de nossas variáveis independentes, ou seja, preditoras dos resultados de inserção no mercado de trabalho — sexo, escolaridade, cor, local de residência (dentro e fora da favela) mostraram-se significativas. A nossa análise tomou como grupo de controle a posição dos indivíduos que estavam ocupados informalmente, pois nos interessa saber as chances dos indivíduos estarem ocupados formalmente tendo em vista a situação de informalidade, controlando o efeito do grupo de desocupados.

Nossos primeiros resultados para a cidade de Belo Horizonte, demonstram, na Tabela 1, para os indivíduos acima de 25 anos, incluindo os que desempenham trabalho doméstico, que ser homem aumenta as chances de estar inserido no mercado formal de trabalho em 39,11%, em relação a estar ocupado informalmente. Esse cálculo é feito tomando-se o exponencial do resultado observado (a razão de chance), subtraindo de 1 (um) e multiplicando-o por 100 (cem) — $[\text{Exp}(b) - 1] \times 100$. Dessa forma, podemos observar que ser homem, quando temos incluso o trabalho doméstico, beneficia em muito a condição de se estar economicamente ocupado em um setor, o formal, que, no mínimo, garante a segurança do acesso aos benefícios estabelecidos em lei, tais como:

FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), férias, 13º salário, contribuição previdenciária, etc.

Podemos observar também que cada ano de educação contribui em 10,79% para o acesso dos indivíduos ao mercado de trabalho formal, em relação a estar ocupado informalmente. A mesma relação positiva se observa para a experiência em trabalho, da qual cada ano adicional aumenta em 1,22% as chances de o indivíduo estar no mercado de trabalho formal.

O efeito da raça, por sua vez, não é significativo. Ela não apresenta interferência para que os indivíduos tenham acesso ao mercado de trabalho formal. Os dados descritivos mostravam um equilíbrio muito grande no acesso dos indivíduos no mercado de trabalho, fosse ele formal ou informal, alternando em alguns estratos educacionais a sua importância, ora a favor dos brancos, ora a favor dos negros.

Com o uso da ferramenta de regressão, nós perdemos a capacidade de olhar os dados individuais, no entanto ela nos permite verificar seu efeito global. O controle das demais variáveis, proporcionado pela técnica da análise de regressão, além da interação de todos os resultados e não somente a análise por estratos educacionais, possibilitou-nos verificar que ser branco ou negro não repercute sobre o acesso ao mercado de trabalho. O que se pode ver é que não há significância no fato de se morar dentro ou fora das favelas para ter acesso ao mercado de trabalho. Pelo menos, quando se coloca os indivíduos que estão inseridos de alguma forma produtiva na sociedade, e isso inclui as empregadas domésticas, como podemos observar na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1
Regressão multinomial para a situação de desocupado,
ocupados informalmente e ocupados formalmente.

Regressão Logística Multinomial		Número de Obs. = 88408	
Log. da Verossimilhança = -76316.958		Qui-quadrado = 17803.09	P> Qui-quadrado = 0.0000
		Pseudo R2 = 0.1045	

multinomial	Coef.	E. Padrão	z	P> z	Exp.	%
desocupado						
Sexo	-.7298642	.0237264	-30.76	0.000	.481974437	-51.802
Cor	.1984824	.0247608	8.02	0.000	1.219550563	21.955
aglomerado	-.2167932	.0357978	-6.06	0.000	.805096446	-19.49
Educação	.0240077	.0033529	7.16	0.000	1.024298205	2.429
Média Exp.	.0349093	.0020976	16.64	0.000	1.035525782	3.553
Exp. quadrado	.0004516	.0000718	6.29	0.000	1.000451702	.045
_constante	.8450966	.03558	23.75	0.000	2.328202708	132.82
Ocupado formalmente						
sexo	.3300901	.0228119	14.47	0.000	1.39109346	39.109
cor	-.0231617	.0243089	-0.95	0.341	.977104473	-2.289
aglomerado	-.0206558	.0352982	-0.59	0.558	.979556069	-2.044
educação	.1024379	.0032868	31.17	0.000	1.107868501	10.786
Média Exp.	.0121162	.0020144	6.01	0.000	1.012189899	1.218
Exp. quadrado	-.0007804	.000075	-10.40	0.000	.999219904	-.078
constante	.4621568	.0352889	13.10	0.000	1.587494203	58.749

(multiformal== variável informal é a referência)

Fonte: IBGE – Censo 2000 – Tabulação Própria

Para sabermos o efeito da retirada das empregadas domésticas sobre os resultados, iremos realizar a análise utilizando as mesmas variáveis, excluindo os indivíduos que possuem posição no mercado de trabalho doméstico.

Na Tabela 2, temos que todas essas variáveis assumem significância, com a estatística $p < 0.05$. Isso demonstra a importância de que se reveste o trabalho doméstico para os indivíduos com menores possibilidades econômicas, pois, com a exclusão desse trabalho, pudemos verificar o real efeito de se estar morando em uma favela.

Assim, temos que a condição de ser homem deixa de ser positiva para acessar o mercado de trabalho formal, na verdade, temos, com isso, que ser homem reduz as chances de se estar formalmente ocupado em 10,73% em relação a ser mulher. Enquanto ser branco, variável que não pôde ser analisada antes, pois não tinha significância, reduz em 9,03% as chances de se estar formalmente ocupado. Resultado surpreendente para nossa análise e, por demais, para as teorias que se dedicam a analisar a situação ocupacional dos indivíduos no mercado de trabalho por cor.

Aqui podemos considerar que os homens brancos possam ser mais capazes de exercerem trabalhos informais melhor remunerados. Contudo, essa explicação esbarra em dados reais, que afirmam, como os estudos realizados pelo IPEA (Instituto de

Pesquisa em Economia Aplicada)², que entre o ano de 1995 e 2005, a diferença de remuneração para os indivíduos que se dedicaram ao mercado formal saiu de 30% para 45% em relação aos indivíduos dedicados ao mercado informal. Os indivíduos que possivelmente se beneficiam do seu acesso ao mercado informal, como os autônomos e empregadores, não estão incluídos em nossa análise, portanto não é essa a base da explicação para a diferença entre a primeira análise, que inclui os empregados domésticos, em que os homens têm vantagem para entrar no mercado formal, e a segunda, em que se retirou os empregados domésticos, e os homens perdem chances de estarem ocupados no mercado formal. Uma interpretação possível é que, em sua maioria, as empregadas domésticas estão no mercado de trabalho doméstico em situação de informalidade, elevando, dessa forma, a posição masculina a uma situação privilegiada no mercado formal.

Por sua vez, a situação de ser morador de uma favela assume estatística significativa porque aumenta em 12,17% as chances dos indivíduos de estarem ocupados formalmente, em relação a não morar em uma favela, excluindo a condição de trabalho doméstico.

A situação educacional assume, também, função positiva, com cada ano de escolaridade a mais do indivíduo aumentando em 7,27% as chances dos indivíduos de acessarem o mercado de trabalho formal. O mesmo acontece com a experiência, que eleva em 1,56% as chances de se estar formalmente ocupado.

2

http://www.administradores.com.br/noticias/diferenca_de_remuneracao_entre_trabalhador_formal_e_informal_sobe_para_45/10309/, consultado em 09/01/2012

Tabela 2
Regressão multinomial para a situação de desocupado, ocupados informalmente e ocupados formalmente, sem a presença de empregadas domésticas.

Regressão Logística Multinomial		Número de Obs. = 83004				
		Qui-quadrado = 21239.13				
Log. da Verossimilhança = -66529.319		P> Qui-quadrado = 0.0000				
		Pseudo R2 = 0.1377				
multinomial	Coef.	E. Padrão	z	P> z	Exp.	%
Desocupado						
sexo	-1.444289	.0274974	-52.52	0.000	.235913751	-76.408
cor	.0891718	.0286119	3.12	0.002	1.093268464	9.326
Agglomerado	.0039274	.0457878	0.09	0.932	1.003935122	.393
Educação	-.0401063	.0037733	-10.63	0.000	.960687312	-3.931
Média Exp.	.0392419	.0022754	17.25	0.000	1.040022035	4.002
Exp. quadrado	.000357	.0000845	4.23	0.000	1.000357064	0.037
_constante	2.053586	.0433661	47.35	0.000	7.795806805	679.581
Ocupado						
formalmente						
sexo	-.1134561	.0264202	-4.29	0.000	.892743387	-10.726
cor	-.0946256	.0277211	-3.41	0.001	.909713467	-9.028
Agglomerado	.1148478	.0449444	2.56	0.011	1.121702701	12.17
Educação	.0701977	.0036472	19.25	0.000	1.072720237	7.272
Média Exp.	.0155175	.0021451	7.23	0.000	1.015638522	1.564
Exp. quadrado	-.000859	.0000859	-10.00	0.000	.999141368	.085
_constante	1.160921	.0427418	27.16	0.000	3.192872558	219.282

(mulsem1==Informal is the base outcome)

Fonte: IBGE – Censo 2000 – Tabulação PrópriaL

5.1 Análise por Gênero

Para verificar o que possivelmente influi na situação dos homens e das mulheres no mercado de trabalho, vamos realizar dois modelos — o primeiro inclui somente os indivíduos masculinos e, o segundo, os indivíduos femininos — e observaremos o comportamento dos dados.

Assim, temos, na Tabela 3, que para os homens a situação de cor branca reduz as chances de acesso ao mercado formal em 6,98%, uma diferença de 3,75 pontos percentuais menor do que a verificada para os dados gerais — em que se inclui as mulheres. O resultado para morar em uma favela, dado pela variável favela, não tem significância, pois apresenta $p > 0.05$, o que não nos permite analisá-la. Os efeitos da variável educação são positivos para o acesso dos homens ao mercado de trabalho, resultado semelhante obtido nos dados gerais. Ou seja, enquanto nos dados gerais educação responde por 7,27% das chances de entrada no mercado de trabalho formal, para os homens ela cai 0,10 pontos percentuais, indo para 7,17%. O coeficiente da experiência também cai um pouco, de 1,56% passa para 1,13%, uma diferença de 0,43 pontos percentuais a menos no acesso ao mercado formal de trabalho.

Tabela 3
Regressão Multinomial para a Situação de Desocupado, Ocupados Informalmente e Ocupados Formalmente, para o Sexo Masculino.

<i>Regressão Logística Multinomial</i>						
			<i>Número de Obs.</i> =		36856	
			<i>Qui-quadrado</i> =		5405.93	
			<i>P> Qui-quadrado</i> =		0.0000	
<i>Log. da Verossimilhança = -31481.475</i>			<i>Pseudo R2</i> =		0.0791	
multinomial	Coef.	E. Padrão	z	P> z 	Exp.	%
desocupado						
Cor	.0427603	.0389425	1.10	0.272	1.043687693	4.369
aglomerado	.0496807	.0569644	0.87	0.383	1.050935479	5.094
Educação	.0148896	.0050713	2.94	0.003	1.015001002	1.5
Média Exp.	.032153	.0033055	9.73	0.000	1.032675493	3.268
Exp. quadrado	.0007903	.000116	6.81	0.000	1.000790612	.079
_constante	.1637549	.0524171	3.12	0.002	1.17792557	17.793
Ocupado formalmente						
Cor	-.072413	.0353562	-2.05	0.041	.093014667	-6.985
aglomerado	-.0040137	.0527426	-0.08	0.939	.995994344	-0.401
Educação	.0692333	.0046134	15.01	0.000	1.071686204	7.169
Média Exp.	.0112312	.0029208	3.85	0.000	1.011294507	1.129
Exp. quadrado	-.0007596	.0001129	-6.73	0.000	.999240688	-.076
_constante	1.075615	.0470727	22.85	0.000	2.9317954	193.18

(multiformal== variável informal é o valor de referência)

Fonte: IBGE – Censo 2000 – Tabulação Própria

Na análise realizada apenas para os homens e sem as funções de emprego doméstico, com os dados sendo apresentados na Tabela 4, vimos que a condição de ser branco influi negativamente na consecução de empregos formais. Já morar em uma favela não influi nessa perspectiva, pois o resultado não apresenta significância.

Tabela 4

Regressão Multinomial para a Situação de Desocupado, Ocupados Informalmente e Ocupados Formalmente, para o Sexo Masculino, Sem empregados Domésticos.

Regressão Logística Multinomial		Número de Obs. = 36705				
Log. da Verossimilhança = -31290.567		Qui-quadrado = 5436.81				
		P> Qui-quadrado = 0.0000				
		Pseudo R2 = 0.0799				
mulsem1	Coef.	E. Padrão	z	P> z	Exp.	%
Desocupado						
Cor	.0396629	.0391298	1.01	0.311	1.040459976	4.046
Aglomerado	.0634501	.0575527	1.10	0.270	1.065506316	6.551
educação	.0128762	.0050938	2.53	0.011	1.012959455	1.296
Média Exp.	.0320273	.003315	9.66	0.000	1.032545693	3.255
Exp. quadrado	.0007963	.0001168	6.82	0.000	1.000796617	.08
_constante	.1927962	.0527035	3.66	0.000	1.212635633	21.264
Ocupado formalmente						
Cor	-.0725325	.0355594	-2.04	0.041	.93003552	-6.996
Aglomerado	.0048774	.0534118	0.09	0.927	1.004889314	.489
educação	.0684129	.0046373	14.75	0.000	1.070807354	7.081
Média Exp.	.0115552	.0029306	3.94	0.000	1.011622219	1.162
Exp. quadrado	-.0007781	.0001137	-6.84	0.000	.999222202	-.078
_constante	1.089527	.0474019	22.98	0.000	2.918867574	197.29

(mulsem1== variável informal é o valor de referência)

Fonte: IBGE – Censo 2000 – Tabulação Própria

Na análise da Tabela 5, apenas para indivíduos do sexo feminino, vimos que a condição de cor e morar em favela não tem significância para a posição feminina no mercado de trabalho formal. Ao contrário dos homens, que apresentam significância em relação à cor. A educação, ou anos de escolaridade, é que assume uma importância maior, com cada ano de escolaridade significando 14,48% a mais de chances de se ingressar no mercado formal de trabalho, o que representa quase o dobro dos valores observados para os homens. A experiência, para as mulheres, aumenta as chances de estar no mercado de trabalho formal em 1,36%.

Tabela 5

Regressão Multinomial para a Situação de Desocupado, Ocupados Informalmente e Ocupados Formalmente, para o Sexo Feminino.

multiformal		Coef.	E. Padrão	z	P> z 	Exp.	%
desocupado							
Cord		.2958845	.032402	9.13	0.000	1.344314879	34.432
Aglomerado		-.3655554	.0458513	-7.97	0.000	.693811201	-30.619
Educação		.0371265	.0045387	8.18	0.000	1.037824297	3.782
Média da Exp.		.0371384	.00277	13.41	0.000	1.037836647	3.784
Exp. Quadrado		.0002549	.0000921	2.77	0.006	1.000254932	.025
_constante		.7449662	.045327	16.44	0.000	2.106370238	110.64
Ocupado formalmente							
Cor		.007965	.0335181	0.24	0.812	1.007996805	.08
Aglomerado		.0042178	.0480096	0.09	0.930	1.004226707	.423
Educação		.1351996	.0046747	28.92	0.000	1.144765257	14.477
Média da Exp.		.0134956	.002781	4.85	0.000	1.013587077	1.359
Exp. Quadrado		-.0007333	.000101	-7.26	0.000	.999266968	-.073
_constante		.1637746	.0471685	3.47	0.001	1.177948776	17.795

(multiformal== variável informal é o valor de referência)

Fonte: IBGE – Censo 2000 – Tabulação Própria

Na análise dos dados da regressão, excluindo os empregos domésticos, vimos novos valores para a situação feminina. Assim, temos, na Tabela 6, que a situação feminina é, mais uma vez, claramente influenciada pela presença das pessoas que assumem funções de emprego doméstico. Ela sai de uma situação positiva para as mulheres brancas, no caso da presença das empregadas domésticas, para uma queda de 11,26% nas chances de se obter empregos formais, com uma significância próxima de zero, ou seja, os valores são estáveis e denotam bastante precisão. Na situação de morar em favela, a posição para as mulheres é favorável em 42,70%, as que moram em favelas têm acima de 40% a mais de chances de estarem empregadas formalmente em relação àquelas mulheres que moram fora das favelas. Valor que supera em muito a situação masculina, tanto na análise dos dados gerais, quanto na regressão em que se inclui somente os homens.

Tabela 6

Regressão Multinomial para a Situação de Desocupado, Ocupados Informalmente e Ocupados Formalmente, para o Sexo Feminino, Sem Empregadas Domésticas.

<i>Regressão Logística Multinomial</i>						
				Número de Obs.	=	46299
				Qui-quadrado	=	9655.29
				P> Qui-quadrado	=	0.0000
Log. da Verossimilhança = -34963.199				Pseudo R2	=	0.1213
mulsem1	Coef.	E. Padrão	z	P> z 	Exp.	%
Desocupado						
Cor	.1276132	.0438137	2.91	0.004	1.136113469	13.611
Aglomerado	.0821252	.0823091	1.00	0.318	1.085591717	8.559
educação	-.0817854	.0058863	-13.89	0.000	.921469684	-7.853
Média Exp.	.0442187	.0031962	13.83	0.000	1.045210918	4.521
Exp. quadrado	.0000139	.000128	0.11	0.913	1.0000139	1.39
_constante	2.430517	.0645044	37.68	0.000	11.36475614	1.036,48
Ocupado formalmente						
Cor	-.1195024	.0444587	-2.69	0.007	.887361878	-11.264
Aglomerado	.3555526	.0845884	4.20	0.000	1.42696898	42.697
educação	.0705443	.0059983	11.76	0.000	1.073092106	7.309
Média Exp.	.0202419	.003151	6.42	0.000	1.020448157	2.045
Exp. quadrado	-.0009455	.0001343	-7.04	0.000	.999054946	-.095
_constante	1.128698	.0666387	16.94	0.000	3.091628578	209.163

(mulsem1 == variável informal é o valor de referência)

Fonte: IBGE – Censo 2000 – Tabulação Própria

5.1.5. Análise multinomial para Belo Horizonte pela situação de ocupação espacial centro X periferia

Vamos analisar os dados relacionados à ocupação do espaço na cidade, ou seja, veremos o efeito de se morar em uma favela próxima a área central da cidade em relação a morar em uma favela na periferia. Essa variável é composta somente com os distritos que apresentam-se como áreas mistas, com favela e não favela. Isso porque não faria sentido analisar os distritos que apresentavam uma única situação, como por exemplo, possuir somente favelas, ou possuir somente indivíduos residentes fora das favelas. Contudo, temos a considerar que a retirada dos distritos censitários puros, como os chamamos, não afetou a representação de nenhuma das nove regionais que formam a cidade de Belo Horizonte.

Na Tabela 7, abaixo, nós analisamos os dados incluindo os trabalhadores domésticos. Isso por quê queremos verificar o quanto essas ocupações afetam a inserção dos trabalhadores favelados no mercado de trabalho formal. Como podemos verificar, ser homem aumenta as chances em estar formalmente empregado em 46,79%, enquanto ser branco diminui as chances em 0,62%. Morar nas proximidades da área central da cidade aumenta as chances de estar-se empregado formalmente em 4,81%. A posse de

anos de escolaridade aumentas as chances de se estar formalmente empregado em 11% para cada ano escolar completo. A experiência aumenta, também, as chances em 0,86%.

Tabela 7
Regressão multinomial para a situação de desocupado, ocupado informalmente e ocupado formalmente, Centro X Periferia.

Multinomial logistic regression		Number of obs	=	60643
Log likelihood = -52548.4		LR chi2(12)	=	11950.73
		Prob > chi2	=	0.0000
		Pseudo R2	=	0.1021

	Coef.	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]
multiformal desocupado					
sexo	-.7002484	.0284938	-24.58	0.000	0.496461967 -50.354
cor	.1871971	.0292935	6.39	0.000	1.205864938 20.586
Req. central	.0854113	.0543406	1.57	0.116	1.089164948 8.917
educacao	.0265628	.0040871	6.50	0.000	1.026918736 2.692
Média da Exp.	.0275952	.0026271	10.50	0.000	1.027979474 2.798
Exp. Quadrado	.0006634	.0000882	7.52	0.000	1.00066362 0.066
Constante	.8363627	.0409959	20.40	0.000	2.307956959 130.796
formal					
sexo	.3838024	.0275804	13.92	0.000	1.467855365 46.786
cor	-.0062566	.0289065	-0.22	0.829	0.993762931 -0.624
Req. central	.0469367	.0537996	0.87	0.383	1.048055665 4.806
educacao	.1043268	.0040134	25.99	0.000	1.109963132 10.996
Média da Exp.	.008533	.0025451	3.35	0.001	1.00856951 0.857
Exp. Quadrado	-.0005959	.0000923	-6.45	0.000	0.999404277 -0.060
Constante	.4218056	.0407957	10.34	0.000	1.524712092 52.471

Comparando os dados com a Tabela 8, abaixo, vamos ver que a retirada dos trabalhadores domésticos do modelo da regressão altera substancialmente o comportamento dos dados. Temos, então, que a posição do indivíduo, morador da área central é claramente afetada em sua capacidade de inserir-se no mercado formal de trabalho. Como podemos ver, sem a presença dos empregados domésticos, ser homem reduz as chances de inserir-se no mercado formal de trabalho em 11,22%, enquanto ser branco diminui as chances em 6,65%. O efeito de ser morador de uma favela próximo à área central também é negativo, diminuindo as chances em 1,17%. Já a educação eleva as chances de se estar empregado formalmente em 6,50%, juntamente com a experiência que eleva em 1,15% as chances de se estar no mercado formal.

Tabela 8
Regressão multinomial para a situação de desocupado, ocupado informalmente e ocupado formalmente, sem a presença de empregadas domésticas
Centro X Periferia.

<i>Regressão Logística Multinomial</i>		<i>Número de Obs</i> = 56891		<i>Qui-quadrado</i> = 14308.12		
<i>Log. da Verossimilhança</i> = -45562.789		<i>P > Qui-quadrado</i> = 0.0000		<i>Pseudo R2</i> = 0.1357		
<i>mulsem</i> ¹	Coef.	E. Padrão	z	P> z 	Exp.	%
Desocupado						
<i>Sexo</i>	-1.469673	.0334805	-43.90	0.000	0.230000683	-76.999
<i>Cor</i>	.085808	.0340504	2.52	0.012	1.089597106	8.959
<i>Reg. central</i>	.134805	.0634063	2.13	0.033	1.144313621	14.431
<i>Educação</i>	-.0475784	.0046232	-10.29	0.000	0.953535713	-4.646
<i>Média da exp.</i>	.0317736	.0028782	11.04	0.000	1.03228377	3.228
<i>Exp. Quadrado</i>	.0005287	.0001043	5.07	0.000	1.00052884	0.053
<i>Constante</i>	2.17339	.0508204	42.77	0.000	8.788025006	778.803
Formal						
<i>Sexo</i>	-.1189986	.0323767	-3.68	0.000	0.887809043	-11.219
<i>Cor</i>	-.0687563	.0330594	-2.08	0.038	0.933554159	-6.645
<i>Reg. central</i>	-.0117723	.0620215	-0.19	0.849	0.988296722	-1.17
<i>Educação</i>	.0629619	.0044669	14.10	0.000	1.064986262	6.499
<i>Média da exp.</i>	.0113735	.002735	4.16	0.000	1.011438424	1.144
<i>Exp. Quadrado</i>	-.0006769	.000106	-6.38	0.000	0.999323329	-0.067
<i>Constante</i>	1.255876	.050185	25.02	0.000	3.510912587	251.09

5.3. Análise dos dados pela situação econômica em Belo Horizonte

Na análise dos dados de renda, usamos o logaritmo natural dos rendimentos do trabalho principal para efetuarmos a análise do retorno obtido pelos indivíduos em sua posição no mercado de trabalho. Dessa forma, na Tabela 9, podemos observar que ser homem, assim como para entrar no mercado formal, é uma variável importante nos resultados monetários que os indivíduos podem esperar. Temos, então, que ser homem proporciona cerca de 33,27% a mais de rendimentos em relação a ser mulher.

Cor, que não era significativa para a entrada no mercado de trabalho, apresenta-se favorecendo as pessoas brancas em 17,58%. A variável situação de moradia, talvez a mais importante para nosso estudo, demonstra que morar em uma favela diminui os rendimentos dos indivíduos favelados em 10,96%. Dado relevante por mostrar o efeito da posição dos indivíduos na ocupação da cidade sobre sua condição de sobrevivência. Assim, podemos inferir que uma vez que a população favelada não é atingida pela capacidade de conseguir empregos — como pudemos ver nos resultados da análise multinomial — ela é fortemente atingida pela menor remuneração. Isso nos permite afirmar que estar morando na favela obstrui aos sujeitos favelados a capacidade de alcançar rendimentos superiores no mercado de trabalho. Os dados de educação mostram-nos, por outro lado, que cada ano completo de escolaridade aumenta em 17,02% a renda dos indivíduos, enquanto cada ano adicional de experiência possibilita o aumento da renda em 2,88%.

Tabela 9

**Regressão Linear para o Logaritmo Neperiano da Renda do Trabalho Principal
pela situação de Gênero, Cor, Situação de Moradia, Educação e Experiência
Belo Horizonte.**

							Número de obs.	=	51087
							F (6, 51080)	=	8928.83
							Prob > F	=	0.0000
							R-quadrado	=	0.5119
							R-quadrado Ajust.	=	0.5119

logrenda	Coef.	E. Padrão.	t	P> t	Coef. Pad.	%
Sexo	.3327213	.006458	51.52	0.000	39.476	33.272
Cor	.1758442	.006982	25.19	0.000	19.225	17.584
Aglomerado	-.109597	.0109494	-10.01	0.000	-10.38	-10.959
Educação	.1702665	.0009074	187.64	0.000	18.562	17.026
Média Exp.	.0288138	.0005429	53.08	0.000	2.923	2.881
Exp. Quadrado	-.0003662	.0000223	-16.45	0.000	-.037	.037
Constante	-.7246125	.010618	-68.24	0.000	-51.549	-72.461

Fonte: IBGE – Censo 2000 – Tabulação Própria

5.3.1. Análise do rendimento do trabalho para o grupo masculino em Belo Horizonte

Na Tabela 10, temos os dados de renda somente para o grupo masculino. Pode-se perceber que ser branco, em relação a ser negro, aumenta o rendimento do trabalho em 18,13%, enquanto que ser morador de favela reduz o rendimento em 14,54%. A educação eleva o rendimento em 16,82% por ano de escolaridade completa, enquanto cada ano adicional de experiência o faz em 3,31%.

Tabela 10

**Regressão Linear para o Logaritmo Neperiano da Renda do Trabalho Principal
para o Grupo Masculino por situação Cor, Moradia, Educação e Experiência.**

							Número de obs.	=	26101
							F (5, 26095)	=	5317.11
							Prob > F	=	0.0000
							R-quadrado	=	0.5047
							R-quadrado Ajust.	=	0.5046

logrenda	Coef.	E. Padrão.	t	P> t	Coef. Pad.	%
Cor	.1813877	.0096282	18.84	0.000	19.888	18.139
Aglomerado	-.1454517	.0151429	-9.61	0.000	-13.537	-14.545
Educação	.1682387	.0012398	135.70	0.000	18.322	16.824
Média Exp.	.0331941	.000767	43.28	0.000	3.375	3.319
Exp. quadrado	-.0005669	.0000316	-17.95	0.000	-.057	-.057
Constante	-.3691505	.0133377	-27.68	0.000	-30.868	-36.915

Fonte: IBGE – Censo 2000 – Tabulação Própria

5.3.2. Análise do rendimento do trabalho para o grupo feminino em Belo Horizonte

Na análise do rendimento do trabalho, a Tabela 11 demonstra a situação para o grupo feminino. Como podemos verificar, ser branca aumenta a renda em 16,97%. Uma diferença de 1,34% em relação à influência que a cor exerce sobre o rendimento do grupo masculino. Ser moradora de favela reduz o ganho em 7,12%. Praticamente a metade do efeito observado para os homens. A educação exerce uma pequena diferença, sendo 17,25% a mais no rendimento por ano de escolaridade completa para as mulheres, contra 16,82% para os homens. Ou seja, a educação exerce uma influência positiva na realidade feminina de 0,43 pontos percentuais acima do que o faz para os homens.

Tabela 11

Regressão Linear para o Logaritmo Neperiano da Renda do Trabalho Principal para o Grupo Feminino por situação Cor, Moradia, Educação e Experiência.

Número de obs. = 24986						
F (5, 24980) = 5074.67						
Prob > F = 0.0000						
R-quadrado = 0.5039						
R-quadrado Ajust. = 0.5038						
logrenda	Coef.	E. Padrão.	t	P> t	Coef. Pad.	%
Cor	.1697256	.0101154	16.78	0.000	18.498	16.973
Aglomera	-.0712866	.0158174	-4.51	0.000	-6.88	-7.128
Educacao	.172461	.0013317	129.51	0.000	18.823	17.246
Média Exp.	.0248615	.0007695	32.31	0.000	2.517	2.486
Exp. Quadrado	-.0001776	.0000314	-5.66	0.000	-.018	-.018
Constante	-.7521254	.0149217	-50.40	0.000	-52.864	-75.213

Fonte: IBGE – Censo 2000 – Tabulação Própria

5.5. Da Análise dos dados de renda para Belo Horizonte pela situação de ocupação espacial – Centro X Periferia.

Agora, iremos verificar, o efeito de se morar em uma favela mais próxima da região central da cidade em relação a morar em uma favela na periferia. Essa variável foi construída somente com os distritos censitários que apresentaram a situação de possuir favela e não favela.

Dessa forma, a análise de Belo Horizonte permitiu-nos verificar que morar próximo ao centro da cidade — caracterizado por morar na Regional Centro-Sul³ —

³ A cidade de Belo Horizonte está dividida em 9 (nove) regiões administrativas, chamadas Regionais. São elas Venda Nova, Noroeste, Leste, Oeste, Norte, Nordeste, Barreiro, Pampulha e Centro Sul.

aumenta a remuneração dos indivíduos. Assim, ao configurarmos a análise para aqueles que moram na região central da cidade em comparação aos que moram nas demais regiões, observamos que, para os que moram na região central, há um aumento da renda de 6,63% em relação aos que moram em outras regionais, conforme pode-se verificar na Tabela 12.

Assim, temos que ser homem, morando na Regional Centro Sul, aumenta a renda em 28,94% em relação aos indivíduos que moram fora dessa região, ou seja, no restante da cidade. Podemos verificar que ser branco eleva a renda em 7,25%. Para cada ano completo de escolaridade, o aumento é de 9,64%. Ter experiência em trabalho também eleva a renda em 1,58%, ou seja, ser morador da Regional Centro Sul possibilita ao indivíduo, em relação às demais regionais, auferir melhores condições de remuneração, demonstrando o efeito espacial sobre a condição de inserção produtiva dos sujeitos.

Tabela 12

**Regressão Linear para o Logaritmo Neperiano da Renda do Trabalho Principal
pela situação de Gênero, Cor, Situação de Moradia, Educação e Experiência, Local
de Moradia – Centro X Periferia.**

		Número de obs.	=	4302		
		F (6, 4295)	=	128.32		
		Prob > F	=	0.0000		
		R-quadrado	=	0.1520		
		R-quadrado Ajust.	=	0.1508		
logrenda	Coef.	E. Padrão.	t	P> t 	Coef. Pad.	%
Sexo	.2893921	.0219566	13.18	0.000	33.562	28.939
Cor	.0724459	.0238211	3.04	0.002	7.513	7.245
Educação	.0964125	.0042632	22.61	0.000	10.121	9.641
Reg. Central	.0663282	.0335883	1.97	0.048	6.858	6.633
Média exp.	.0157506	.0024563	6.41	0.000	1.588	1.575
Exp. Quadrado	-.0001478	.000079	-1.87	0.061	-.015	-.015
Constante	-.3233513	.036593	-8.84	0.000	-27.628	-32.335

Fonte: IBGE – Censo 2000 – Tabulação Própria

6. Considerações Finais

Pudemos afirmar, então, que a fixação de residência dentro do aglomerado urbano subnormal é um elemento limitador da possibilidade do indivíduo incluir-se no ciclo econômico dinâmico da cidade, ainda que ele esteja representado no mercado de trabalho formal, pois é vitimado com uma conseqüente diminuição de sua capacidade de consumo. Os principais achados foram que: 1) mantendo todo o resto constante, viver em uma favela, apesar de não influir no nível de emprego ou no acesso ao mercado formal, em relação ao mercado informal, leva sim, à diminuição dos resultados esperado do rendimento individual em cerca de onze por cento (11%); e 2) mantendo todo o resto constante, aqueles indivíduos que vivem em uma favela central têm resultados mais elevados, em quase sete por cento (7%), do que aqueles que vivem nas favelas de periferia.

Ao final, com base nos resultados, podemos ver que a segregação espacial tem um efeito líquido sobre os ganhos dos indivíduos favelados. Mais especificamente, podemos concluir que viver em uma favela diminui as chances dos indivíduos de escaparem da pobreza, e aqueles que vivem nas favelas mais periféricas são ainda mais desfavorecidos.

A verificação das hipóteses propostas constitui o ponto mais importante de nosso trabalho. Todo o esforço empreendido foi no sentido de testá-las, configurando um espaço de discussão que possibilitasse compreender melhor o universo pesquisado. É também o momento de coligir as teorias e a empiria, permitindo determinar qual se aplica melhor e possui maior capacidade explicativa para a realidade analisada.

Assim, podemos verificar que a nossa primeira hipótese, em que

assumimos como verdadeira a teoria do capital humano, e esperávamos que trabalhadores com maior estoque de capital humano teriam melhor inserção no mercado de trabalho formal

demonstrou-se verdadeira, pois, acompanhando o desempenho dos indivíduos tanto por faixa educacional, quanto pelos anos de escolaridade completa, pudemos perceber uma clara tendência a que os portadores de graus de escolaridade mais elevada tivessem uma inserção no mercado de trabalho muito semelhante, principalmente, na análise dos dados a partir da regressão multinomial, independentemente de sua localização espacial.

Os dados confirmam, então, a capacidade da escolaridade de favorecer os indivíduos não só em relação à renda, que cresce à taxa de 17,02%, em Belo Horizonte,

para cada ano adicionado à formação dos indivíduos maiores de 25 anos, mas, também, em relação à entrada no mercado formal de trabalho, cujo efeito é de 10,79%, por ano escolar completo.

Contudo, a proposição da Teoria do Capital Humano de que um maior estoque de capital humano permitiria aos indivíduos apresentarem uma melhor produtividade marginal e, com isso, seriam capazes de elevar seu potencial de barganha no mercado de trabalho é parcialmente verdadeira. Isso porque, apesar de podermos derivar das proposições de Jacob Mincer (1958, 1974) e Theodore Schultz (1961) de que o capital humano, principalmente a educação, carrega em si a capacidade de responder, estatisticamente, por uma correlação positiva entre o investimento na formação do trabalhador e o retorno obtido por esse no mercado de trabalho, ou melhor, por sua renda pessoal, deixando claro que a posse de anos de escolaridade aumenta as chances de se estar empregado formalmente e do retorno monetário, temos, no entanto, que não são eliminadas outras variáveis como o local de moradia na renda individual, pois o que verificamos foi que morar em uma favela reduz os ganhos dos indivíduos em 10,95%. Ou seja, pela teoria, os rendimentos deveriam acompanhar positivamente o volume do investimento em capital humano, sem considerar a posição espacial ocupada pelo indivíduo, e isso não acontece, porque o que se verifica é que a remuneração está associada negativamente com a posição espacial da moradia dos indivíduos.

Essas leituras nos ajudam a entender, também, porque nossa segunda hipótese, pela qual,

A partir dos estudos dos efeitos do capital humano sobre o mercado de trabalho, esperávamos que, mantido tudo o mais constante, o indivíduo residente em uma favela teria a mesma remuneração quando comparado aos indivíduos que moram fora das favelas;

demonstra-se falsa, pois vimos que ser morador de uma favela reduz os ganhos salariais dos indivíduos consideravelmente, em torno de 11%. Isso diminui a importância da perspectiva da teoria do capital humano de que haveria uma correlação positiva entre as qualificações educacionais e os retornos monetários obtidos pelos indivíduos. Tal fato questiona, ainda, o pressuposto de que a sociedade estaria se tornando mais meritocrática. Evidentemente, não podemos afirmar que morar na favela seja uma característica adscrita, por não possuímos informações se os indivíduos vivem nas favelas desde que nasceram, mas é uma variável estrutural, logo uma evidência da limitação e insuficiência da teoria do capital humano para explicar a desigualdade de

rendimentos. Mas, quando inserido o local de moradia e controladas as demais variáveis do modelo, o mercado porta-se como se a ocupação espacial fosse uma característica negativa, repercutindo sobre os ganhos dos indivíduos. Consequentemente, temos que as diferenças observadas dos ganhos salariais, considerando o mesmo patamar de educação, deve-se à presença de outros elementos na estrutura social que a teoria do capital humano não considera em seu arcabouço teórico.

Contudo, iremos nos ater aos críticos da teoria do capital humano que afirmam que as relações de emprego e salário estão, de um lado, estreitamente vinculadas à formação e, de outro lado, à disponibilidade de vagas no mercado de trabalho (PERICÀS, 2001: 19; CARDOSO, A., 2006). Pericàs afirma que a análise utilizando o rendimento salarial como a variável chave é uma das fragilidades do modelo do Capital Humano. Temos, então, que as determinações de rendimentos salariais não são dadas por um suposto mercado da remuneração, que seria utilizado como um indicador do equilíbrio de mercado, mas por um papel da empresa, que se aproveita da disponibilidade de mão-de-obra e de suas fragilidades (sexo, idade, educação, experiência e, como vimos, ocupação do espaço) para ofertar empregos mal remunerados e que não permitem a seus portadores grandes possibilidades de ascensão em uma carreira, como podemos verificar a partir da constatação da formação de um mercado de trabalho dual.

Aliás, podemos verificar pelos dados da análise multinomial, quando excluídos os empregos domésticos, que ser morador de favela apresenta um resultado positivo e estatisticamente significativo para o acesso ao mercado de trabalho formal. Contudo, como pudemos ver, apesar de esse acesso ser facilitado, com um claro aumento nas chances dos indivíduos moradores de favelas de estarem no mercado de trabalho formal, temos que os resultados monetários auferidos sofrem uma diminuição à ordem de 11%.

Isso nos leva a buscarmos entender melhor o significado de trabalho formal e informal. Como vimos na discussão sobre a formação de um mercado de trabalho dual, ele seria formado por um setor primário, marcado por empregos estáveis, qualificados, bem remunerados e boas condições de trabalho, e por um setor secundário, em que o trabalhador estaria sujeito a empregos instáveis, com um forte grau de desqualificação, baixos salários, benefícios limitados, piores condições de trabalho e pouca capacidade de ascender a cargos mais bem remunerados.

Assim, como pudemos ver em nossos dados, o setor formal estaria, em nosso caso, mais facilmente acessado pelos indivíduos favelados, no entanto com uma

remuneração inferior aos seus congêneres não-favelados. Enquanto, possivelmente, o setor informal estaria sendo mais frequentado por trabalhadores que não moram em ambientes favelados, porém com renda superior aos que moram nas favelas. Isso comprovaria a proposição colocada pela teoria, e defendida por nós, de que o mercado de trabalho dual se configuraria em um ambiente de trabalho heterogêneo, não necessariamente separado em empresas distintas, comportando um arranjo que permitiria a convivência entre indivíduos com situações contratuais e de trabalho completamente diferentes entre si, com prejuízo para uma parte deles.

Nossa hipótese sexta, então, demonstra-se verdadeira, pois afirma que

baseado nas proposições da teoria do mercado dual, temos que a fixação de residência dentro do aglomerado urbano subnormal é um elemento limitador da possibilidade do indivíduo incluir-se no ciclo econômico dinâmico da cidade, ainda que ele esteja representado no mercado de trabalho formal, pois é vitimado com uma conseqüente diminuição de sua capacidade de consumo.

Assim, temos que admitir que o setor formal não se configuraria com base em funções que exigiriam maior nível de conhecimento e de experiência para o desempenho das atividades e resultando na obtenção de retornos econômicos mais altos, mas meramente em uma situação contratual, ou seja, ter carteira de trabalho assinada. Isso porque, como vimos, as pessoas moradoras de aglomerados subnormais, as favelas, são portadoras de baixa escolaridade, o que denotaria pouca capacidade de serem aproveitadas pelos mercados de trabalho que requerem sujeitos mais escolarizados para a execução de atividades mais densas em tecnologia.

Dessa forma, podemos confirmar a nossa hipótese de que os trabalhadores moradores de favelas, ainda que estejam representados no mercado de trabalho formal, o fazem com uma remuneração inferior, pois, como diz Singer (1970), a base do próprio desenvolvimento econômico depende da formação de um setor com baixas remunerações, levando a que essas formas de trabalho não sejam meramente transitórias, mas que continuem aumentando sua importância na economia. Por tais características, a ligação do mercado de trabalho primário, ou formal, com o setor secundário, ou informal, é quase umbilical e arrasta os indivíduos menos preparados para o cumprimento de atividades mal remuneradas que pouco podem fazer para retirá-los da situação de pobreza.

O fato de os indivíduos favelados submeterem-se às condições de menor remuneração seria explicado, respeitando as proposições teóricas que orientam nossa

leitura dos dados, pelo estigma territorial atribuído às pessoas que moram em favelas. Como afirma Wacquant, esse estigma territorial carrega consigo uma capacidade de afetar “negativamente as oportunidades em círculos sociais, escolas e mercado de trabalho” (WACQUANT, 2001: 34). Hall vai mais longe quando diz que

“a marginalidade econômica e a opressão racial é a razão dos negros de classe inferior não poderem encontrar nicho seguro no sistema econômico, pois é nele que o racismo se entrincheira, só lhes permitindo acesso a serviços de qualidade inferior e preço mais alto, inclusive no tocante a moradia e educação” (HALL, 1995: 455).

Aqui podemos inferir que a constatação de Peter Hall, baseado nos estudos de Rainwater (1967 apud HALL, 1995), aplica-se igualmente aos sujeitos moradores das favelas de nosso estudo. Ou seja, o comportamento do mercado de trabalho aproveita-se da condição de fragilidade social, marcada pelo local de moradia dos indivíduos, para rebaixar sua capacidade de reprodução social e tornar as pessoas, mesmo quando inseridas em ocupações do setor primário, remuneradas como as que caracterizam o setor secundário da economia.

Podemos ainda, complementarmente, considerar que a posse pelos indivíduos moradores de favelas de empregos mal remunerados ou com uma remuneração inferior aos que moram fora das favelas se deva ao fato de que os moradores de favelas disponham-se a executar qualquer tarefa que lhes seja oferecida, tendo em vista sua maior fragilidade diante de situações de desemprego prolongado, enquanto os sujeitos que moram fora das favelas contariam com uma rede de sustentação social mais bem alocada e que lhes permitiria esperar melhores oportunidades ocupacionais.

Dessa forma, estamos nos referindo à posse de capital social detido pelas pessoas moradoras das favelas. Nossas terceira e quarta hipóteses tratam dessa teoria e demonstraram-se falsas, tendo em vista que elas dizem que

Terceira: baseado nas proposições da teoria do capital social, mantido tudo o mais constante, o indivíduo residente em uma favela tenha maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal; e

Quarta: baseado na teoria de capital social, temos que o trabalhador residente em favelas próximas ao centro da cidade tenha melhor inserção no mercado de trabalho formal, comparado ao trabalhador residente em favelas da periferia;

Essas hipóteses foram refutadas a partir dos dados da análise multinomial, que demonstrou que morar na área central da cidade não tem significância para o acesso ao emprego formal.

Contudo, nossa hipótese quinta é verdadeira. Ela afirma que

Baseado nas mesmas proposições da teoria do capital social, o trabalhador residente em favelas próximas ao centro da cidade teria melhor remuneração no mercado de trabalho, comparado ao trabalhador residente em favelas da periferia.

Ou seja, como vimos, morar dentro da área central da cidade proporciona cerca de 6,63% a mais de remuneração comparados com os indivíduos que moram fora da área central. E, em grande medida, podemos atribuir esse fato ao capital social detido pelos indivíduos ou comunidade em que residem os indivíduos, pois, apesar de não termos dados analisados por nós para aferirmos essa proposição, podemos lançar mão dos estudos de outros pesquisadores utilizando dados referentes à Região Metropolitana de Belo Horizonte, que apontam para os efeitos benéficos alcançados pelos indivíduos inseridos em redes sociais, tais como, a coletânea de artigos organizados pela estudiosa Neuma Aguiar (2007).

Dessa maneira, temos que o capital social seria representado pela confiança ou desconfiança atribuída ao sujeito pelos demais membros da sociedade, repercutindo sobre a capacidade dos indivíduos de estabelecerem contatos e de obterem informações relevantes dentro da rede construída. As normas sociais derivadas do contato entre as pessoas moradoras das favelas e as que moram fora das favelas, desenvolvidas no percurso de suas vidas, resultariam em informações acerca do que seja o ambiente social dentro de uma favela, formando uma predisposição dos sistemas de emprego a integrarem essa população aos mercados de trabalho ou a recusarem-na. Pode-se inferir, ainda, que o relativo isolamento social em que estão inseridos os moradores de vilas e favelas seria um elemento que contribui para que a população favelada tivesse menor acesso aos processos econômicos desenvolvidos pelo mercado de trabalho. Isso contribuiria para aumentar ou retardar a eficiência da ação da própria sociedade em superar condições de pobreza e exclusão social. Não é por menos que, frequentemente, ouvimos falar que uma favela é “pior” ou “melhor” do que outra. Informação que, claramente, refere-se ao ambiente social produzido pelos indivíduos que residem nesses aglomerados.

Por isso, de um lado, podemos perceber que a teoria do Capital Humano consegue identificar que indivíduos com treinamento intensivo em novas tecnologias, possuidores de títulos educacionais — os anos de escolaridade utilizados por nós — têm maior acesso a empregos. De outro lado, ela não explica, primeiro, que nem todos têm acesso a essa formação, pois esta, principalmente a de nível superior, é restrita a um

estrato social permanente. Segundo, ela não explica por que uma parte dos indivíduos portadores das mesmas credenciais não consegue acesso ao emprego e, quando obtém, é acolhida com uma remuneração menor.

Nesse sentido, a teoria do Capital Social aponta em uma direção mais promissora para a compreensão da dinâmica impingida aos membros da sociedade e seus grupos. O fato de aqueles que moram dentro de favelas na região central da cidade conseguirem melhores remunerações implica no reconhecimento de que pertencem a uma rede mais dinâmica socialmente falando.

Assim, podemos ver que as favelas, fruto e símbolo da segregação espacial, cristalizadas na literatura e no espaço da cidade como sendo locais em que se concentram as pessoas pobres e despossuídas, são resultado do processo de exclusão desses indivíduos dos circuitos capitalistas mais dinâmicos de emprego e renda, mas, também, da rede de contatos sociais que disseminam informações e conseguem atribuir aos seus membros uma confiança necessária à obtenção de oportunidade de trabalho, implicando em uma maior ou menor capacidade de obtenção de renda. Ou seja, como o acesso a uma rede dinâmica é, de certa forma, recusado aos sujeitos favelados, esses tornam-se incapazes de alterar suas condições objetivas de sobrevivência apesar de comparecerem igualmente no mercado de trabalho.

A questão que pesa sobre a situação de favelamento é que, como aponta o relatório do Programa de Assentamentos Humanos da ONU, (UN-HABITAT0), *The Challenge of Slums: Global Report on Human Settlements*, há nessa situação aproximadamente 1 (um) bilhão de pessoas em todo o mundo, ou seja, um sexto da população global e 33% da população urbana.

Nosso trabalho demonstrou que a cidade, como local que abriga indivíduos de todos os matizes, constrói-se por um processo de inclusão e exclusão, pela capacidade dos grupos dominantes de determinarem os espaços e as recompensas destinadas aos diferentes grupos que a compõem.

O aparecimento recente de um discurso que reconhece o indivíduo morador da favela mais como vítima do que algoz tem levado a que muitos preconceitos e estigmas comecem a ser superados, o que talvez leve ainda algumas décadas para alcançar resultados satisfatórios e com a dimensão que o problema requer. O que percebemos claramente é que, apesar de a inserção no mercado de trabalho das pessoas moradoras de favelas ter se alterado — considerando que a literatura que afirma as dificuldades de inserção dos trabalhadores de lugares estigmatizados no mercado de trabalho o fizesse

com base em dados empíricos —, o que se confirma é que essa inserção se fez de forma subalterna, com as ocupações oferecidas aos pobres favelados sendo, em sua grande maioria, menos remuneradas comparadas aos seus congêneres.

Com efeito, a afirmação de que morar em uma favela é um elemento que por si só reporta uma condição de exclusão do acesso aos mercados de trabalho começa a ter que ser revista. Assim, temos que buscar novas maneiras de compreender a realidade formada pelos espaços ocupados pelos indivíduos favelados, pois há entre a população mais pobre, localizada nas vilas e favelas, não a falta de acesso ao emprego e, sim, a discriminação na remuneração desses indivíduos. Ou seja, estar morando em um favela facilita o seu acesso ao emprego, mas diminui a capacidade de obtenção de renda.

Finalmente, podemos dizer que nosso estudo contribui para um melhor entendimento dos processos determinantes do acesso dos indivíduos aos mecanismos de sobrevivência no contexto urbano, permitindo, a partir das análises realizadas, um melhor direcionamento e extensão das políticas públicas visando elevar o patamar de reprodução social da população urbana pobre.

7. Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY**, Ricardo. Desenvolvimento Rural Territorial e Capital Social, In **SABOURIN**, Eric e Teixeira (orgs). Planejamento do Desenvolvimento dos Territórios Rurais – Conceitos, controvérsias e experiências, Brasília, UFPB/CIRAD/EMBRAPA, 2002.
- AGUIAR**, Neuma (org.), Desigualdades Sociais, Redes de Sociabilidade e Participação Política, Belo Horizonte, ed. UFMG, 2007.
- ALVES**, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho – reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Ed. Boitempo Editorial, 2000.
- AMADEO**, Edward J.; **ESTEVIÃO**, Marcello. A Teoria Econômica do Desemprego. São Paulo: Ed. Hucitec, 1990. (Série Economia & Planejamento)
- ANTUNES**, Ricardo, Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Ed. Boitempo Editorial, 2006.
- _____, Ricardo, Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. 8. ed. São Paulo: Ed. Cortez Editora – Unicamp, 2002.
- _____, Ricardo, Os sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Ed. Boitempo Editorial, 1999. (Coleção Mundo do Trabalho)
- ARROW**, K. Higher Education as a Filter. *Journal of Political Economy*, v. 2, n. 3, 1973.
- AVERITT**, Robert T., The Dual Economy, The Dynamics of American Industry Structure, New York, WW. Norton Company, 1968.
- BARCHELARD**, Gaston, A poética do espaço, Rio de Janeiro, Ed. Eldorado Tijuca Ltda, 1982.
- BARITZ**, Loren, Los servidores del poder, Madrid, Ed. Europa, 1961.
- BARROS**, Ricardo Paes de, **CORSEUIL**, Carlos Henrique, **CURY**, Samir, Abertura comercial e liberalização do fluxo de capitais no Brasil: impactos sobre a pobreza e a desigualdade, in: **HENRIQUES**, Ricardo (org.), Desigualdade e Pobreza no Brasil, Rio de Janeiro, ed. IPEA, 2000.
- BARROS**, Ricardo Paes de, **CORSEUIL**, Carlos Henrique, **LEITE**, Phillippe, G., Mercado de trabalho e pobreza no Brasil, in: **HENRIQUES**, Ricardo (org.), Desigualdade e Pobreza no Brasil, Rio de Janeiro, ed. IPEA, 2000.
- BEATO**, Cláudio, Espaço Urbano e Marginalização Social: O Caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Projeto Austin- Texas - EUA, 2006, mimeo.
- BECKER**, G., Investment in Human Capital: a teorical analysis. *Journal of Political Economy*, 1962.
- _____, G., Human Capital, New York, Columbia University Press, 1964.
- _____, G., A Theory of the Allocation of Time, *The Economic Journal*, Vol. 75,

No. 299, 1965.

- BLAY**, Eva Alterman, Planejamento para quem? Ou reprodução das favelas em cidades paulistas, in **BLAY**, Eva Alternan, A Luta pelo espaço, textos de sociologia urbana, 2° Petrópolis, ed. Vozes, RJ, 1979.
- BLAU**, Peter M., **DUNCAN**, Otis Dudley, The American Occupational Structure, New York, The Free Press, 1978.
- _____. Peter M., Exchange and Power in Social Life, New York, Wiley, 1964.
- BOUDON**, R, **BOURRICAUD**, F, Dicionário Crítico de Sociologia, São Paulo, ed. Ática, 1993.
- BOURDIEU**, Pierre, The forms de capital, in: **RICHARDSON**, John G., Handbook of theory and research for the sociology of education, Westport, Greenwood Press, 1986.
- BRANT**, Vinicius Caldeira (org.) , São Paulo, trabalhar e viver, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1989.
- BUSCHINELLI**, José Tarcísio, **ROCHA**, Lys Esther, **RIGOTTO**, Raquel Maria, Isto é trabalho de gente, vida, doença e trabalho no Brasil, São Paulo, ed. Vozes, 1993.
- CAMAROTTI**, Ilka, **SPINK**, Peter, Redução da Pobreza e Dinâmicas Locais, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2002.
- CARDOSO**, Adalberto Moreira, *Economia, sociologia, eficiência e democracia na análise das relações de trabalho*, BIBLIOTECA VIRTUAL, SALA DE LECTURA, CONSEJO LATINOAMERICANO DE CIENCIAS SOCIALES (CLACSO), <http://www.clacso.org> . - consultado em 11 de outubro de 2006.
- CARDOSO**, Fernando Henrique, “Notas sobre o estado atual dos estudos sobre a dependência”, p. 364-393, In: _____ José Serra (org.), América Latina: Ensaio de **interpretação econômica**, São Paulo, ed. Paz e Terra, 1979.
- CASTELLS**, Manuel, A nova economia: informacionalismo, globalização, funcionamento em rede, in: **CASTELLS**, Manuel, A Sociedade em Rede, vol. 1, 6ª edição, São Paulo, ed. Paz e Terra, 1999.
- _____, Manuel, A Sociedade em Rede, Ed. Paz e Terra, São Paulo, 2002.
- _____, Manuel, A Questão Urbana, 3° edição, Ed. Paz e Terra, São Paulo, 2006.
- CATTANI**, Antonio David (Org.), A outra economia, Porto Alegre, ed. Veraz Editores, 2003.
- _____. Antonio David, Diccionario Crítico sobre Trábalo e Tecnología, Porto Alegre, ed. Vozes e Ed. Universidade (Rio Grande do Sul), 4ª edição, 2002.
- _____. Antonio David, Teoria do capital humano, in: **CATANI**, Antonio David, Diccionario Crítico sobre Trábalo e Tecnología, Porto Alegre, ed. Vozes e Ed. Universidade (Rio Grande do Sul), 4ª edição, 2002.
- CAVALLI**, Alessandro, Estratificação Social, in **BOBBIO**, Norberto, **MATTEUCI**, Nicola, **PASQUINO**, Gianfrancesco. Dicionário de Política, DF, ed. Univ. Brasília, 1995.

- CHOAY**, Françoise, O Urbanismo, São Paulo, ed. Perspectiva, 1979.
- CHERKAOUI**, Mohamed, Mobilidade, in BOUDON, Raymond, Tratado de Sociologia, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1995.
- _____. Mohamed, Estratificação in BOUDON, Raymond, Tratado de Sociologia, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1995a.
- COLLINS**, Randall, *Four Sociological Traditions*, New York, Oxford University Press, 1994.
- _____. Randall, The myth of tecnocracy, in COLLINS, Randall, *The Credential Society, an historical sociology of education and stratification*, New York, ed. Academic Press, 1979.
- COLEMAN**, James, *The foundations of social Theory*, Cambridge, Harvard University Press, 1990.
- COSER**, Lewis A, Funcionalismo, in, OUTHWAITE, William, *BOTTOMORE et al*, Tom, Dicionário do Pensamento Social do Século XX, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1996.
- DAVIS**, Kinsley, MOORE, Wiblert, Some Principles of Stratification, *American Sociological Review*, Vol. 10, n° 2, 1945.
- DAHRENDORF**, Ralf, *Class and Class Conflict in Industrial Society*, In GRUSKY, David, *Social Stratification in Sociological Perspective*, San Francisco, Class, Race & Gender, Westview Press, 1994
- DICKENS**, William T., LANG, Kevin, A Test of Dual Labor Market Theory, *The American Economic Review*, Vol. 75, n° 4, sep., 1985, pp. 792-805.
- DIEESE**, A Situação do Trabalho no Brasil, São Paulo, ed. DIEESE, 2001.
- ELIAS**, Norbert, *Os Estabelecidos e os Outsiders*, Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar Editor, 2000.
- EMPOLI**, Giuliano da, *Revista da ESPM*, edição nº4, volume 14, ano 13, 2007. Fonte: <http://www.digestivocultural.com/ensaios/ensaio.asp?codigo=234>, consultado em 29/07/08.
- ERIKSON**, Robert, GOLDTHORPE, John, Trends in Class Mobility: the post-war European experience, In GRUSKY, David, *Social Stratification in Sociological Perspective*, Class, Race & Gender, San Francisco, Westview Press, 1994
- FAUSTO**, Boris, *História do Brasil*, 13ª edição, São Paulo, Ed. Edusp, 2004.
- FERNANDES**, Danielle, *Estratificação Educacional, Origem socioeconômica e Raça no Brasil: As barreiras da Cor*, Prêmio IPEA 40 anos, 2004.
- FRIEDBERG**, Erhard, O Problema da Racionalidade dos Comportamentos Humanos, in BOUDON, Raymond, *Tratado de Sociologia*, Rio de Janeiro, Ed. Zahar Editores, 1995.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO**, Déficit Habitacional no Brasil, projeto PNUD-BRA-00/019, Habitar Brasil –BID, 2006.
- GARZA**. E. La flexibilidad del trabajo en América Latina. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, São Paulo, ano 3, n. 5, 1997, p. 129-57.

- GEERTZ**, Clifford, A interpretação das culturas, Rio de Janeiro, Zahar. 1978.
- GIDDENS**, Anthony, Sociologia, Lisboa, Portugal, ed. Fundação Calouste Gulbenkian, , 2000.
- GILBERT**, Alan, GUGLER, Josef, Cities, Poverty and Development, urbanization in the third world, Oxford, Oxford University Press, 1992.
- GINTILE**, Pablo, FRIGOTTO, Gaudêncio, A Cidadania Negada, políticas de exclusão na educação e no trabalho, São Paulo, ed. Cortez Editora, GLACSO, 2001.
- GOMES**, Lilian Cristina Bernardo, Entre o Legal e o Ilegal: associativismo e participação em três vilas e favelas de Belo Horizonte – estudo de caso comparativo, dissertação FAFICH, 2004, mimeo.
- GOLDTHORPE**, John, HOPE, Keith, *Occupational Grading and Occupational Prestige*, In GRUSKY, David, Social Stratification in Sociological Perspective, Class, Race & Gender, San Francisco, Westview Press, 1994.
- _____. John, *Rational Action Theory for Sociology*, In, GOLDTHORPE, John, On Sociology: numbers, narratives and the integration of research and theory, Oxford, Oxford University Press, 2000.
- GRANOVETTER**, Mark, *Economic Action and Social Structure: The problem of Embeddedness* in BIGGART, Nicole (org), Readings in Economic Sociology, Malden-MA, Blackwell Publishers, 2002.
- _____, Mark, Economic Action and Social Structure: The problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, 91(November): 481-510, 1985
- _____. Mark, The Strength of Weak Ties, *American Journal of Sociology*, v. 78, n° 6, 1973.
- GUIMARÃES**, Berenice Martins, Cafuas, barracos e barracões, Rio de Janeiro, Tese – IUPERJ – 1991 - mimeo.
- GUJARATI**, Damodar, N., *Econometria Básica*, São Paulo, Ed. Pearson-Makron Books, 2005.
- HABERMAS**, Jürgen, A nova intransparência: a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos Cebrap*, n° 18, 1987.
- HALL**, Peter, *Cidades do Amanhã*, São Paulo, Ed. Perspectiva, 2005.
- HASENBALG**, Carlos, SILVA, Nelson do Valle (org.), *Origens e Destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*, Rio de Janeiro, ed. Topbooks, Faperj, IUPERJ, 2003.
- HAUSER**, Robert, FEATHERMAN, David, Prestige or Socioeconomic Scales in the Study of Occupational Achievement? In Grusky, David, *Social Stratification in Sociological Perspective, Class, Race & Gender*, San Francisco, Westview Press, 1994.
- HAVEY**, David, *Urbanismo y Desigualdad Social*, Buenos Aires, Ed. Siglo Veintiuno de España Editores S.A., 1977.
- _____. David, *Social Justice and the City*, Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1973.

- _____. Ricardo (org.), *Desigualdade e Pobreza no Brasil*, Rio de Janeiro, ed. IPEA, 2000.
- HOFFMANN**, Rodolfo, *Mensuração da Desigualdade e da Pobreza no Brasil*, in HENRIQUES, Ricardo, *Desigualdade e Pobreza no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. IPEA, 2000.
- IPEA** (Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada), http://www.administradores.com.br/noticias/diferenca_de_remuneracao_e_nltre_trabalhador_formal_e_informal_sobe_para_45/10309/, consultado em 06/09/08.
- JENCKS**, Christopher, SMITH Marschall, ACLAND, Henry, BANE, Mary Jo, COHEN, DAVID, GINTIS, Herbert, HEYNS, Barbara, MICHELSON, Stephan, *Inequality: A reassessment of the effect of family and Scooling in América* in GRUSKY, David, *Social Stratification in Sociological Perspective, Class, Race & Gender*, San Francisco, Westwiew Press, 1994.
- _____. Christopher, *Does Inequality Matter?*, *Daedalus Winter*, vol.131, n° 1, 2002: 49-65.
- _____. Christopher, *Rethinking social policy race, poverty, and the underclass*, New York, Harper Perennial, 1993.
- KALLELERG**, Arne L.; SORENSEN, Aage B, *The Sociology of Labor Markets*, *Annual Review Of Sociology*, Vol. 5 (1979), pp. 351-379.
- KERR**, C. *et al*, *The Balkanization of Labor Market*, *Readings in labor economics and labor relations*, Lloyd Reynalds, Stanley Masters, Collete Moser, Eds. New Jersey, Printice-Hall, 1974.
- _____. Clark, John T. Dunlop, Frederick H. Harbison, and Charles A. Myers, *Industrialism and Industrial Man: The Problem of Labor and Management in Economic Growth*, Harvard University Press, 1960.
- KLIKSBERG**, Bernardo, *América Latina: uma região de risco – pobreza, desigualdade e institucionalidade social*, *Cadernos da UNESCO, Série Desenvolvimento Social*, Vol. 1, Brasília, UNESCO, 2002.
- _____. *Falácias e Mitos do Desenvolvimento*, Brasília, Ed. Cortez Editora, UNESCO, 2001.
- KOWARICK**, Lúcio, *Escritos Urbanos*, São Paulo, ed. 34, 2000.
- _____. *A espoliação urbana*, São Paulo, ed. Paz e Terra, 1993.
- _____. Lúcio, *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*, São Paulo, ed. Paz e Terra, 1975.
- LAGO**, Luciana Correa do, *Desigualdades e Segregação na Metrópole*, Rio de Janeiro em tempo de crise, Rio de Janeiro, ed. Revan, 2000.
- LUCENA**, Héctor, *Desarrollando la competitividad y la justicia social: las relaciones entre instituciones e interlocutores sociales*, *Revista Latinoamericana de Estudos do Trabalho*, ano 5, n° 9, 1999.
- MAIA**, Alexandre Gori, *Transformações no Mercado de Trabalho e Desigualdade Social*, *Rev. Ciência e Cultura*, v.58, n.4, São Paulo out./dez. 2006, consultada em 25/03/2008, em

http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400017&lng=pt&nrm=pt&tln=pt.

- MARICATO**, E. . Política habitacional no regime militar, Petrópolis, Ed. Vozes, 1987.
- MARQUES**, Eduardo, Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado in **MARQUES**, Eduardo, **TORRES**, Haroldo, São Paulo, segregação, pobreza e desigualdades sociais, São Paulo, ed. Senac, 2005.
- MASSEY**, Douglas et. al. “Theories of International Migration: A review and Appraisal”. *Population and Development Review*, vol. 19 (1993). Pages 431-466.
- MATTOS**, Liana Portilho, Segregação Social no Espaço de Belo Horizonte: uma análise sobre o valor do status na afirmação e no reconhecimento das desigualdades, Escola de Arquitetura, UFMG, Belo Horizonte, 2001, monografia
- MATTOSO**, Jorge, O Brasil desempregado, São Paulo, ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MEYER**, Regina Maria Prosperi, Segregação Espacial – Brasília, In **BLAY**, Eva Alterman, A luta pelo Espaço, texto de sociologia urbana, 2° ed., Petrópolis, Ed. Vozes, , 1979.
- MILL**, John Stuart, The Penguin Dictionary of Philosophy, ed. Thomas Mautner, www.utilitarianism.com/jsmill.htm, consultado em 03/10/06.
- MINCER**, Jacob, Schooling, Experience and Earning, New York, Columbia University Press, 1974.
- _____. **MINCER**, Jacob, Investment on human capital and personal income distribution, *Journal of Political Economy*, vol. 66, 1958: 281-302.
- MORRIS**, R. M., Sociologia Urbana, Rio de Janeiro, Ed. Zahar Editores, 1972.
- MOURA**, Antônio Plínio Pires de, Brasil Industrial: do capitalismo retardatário à inserção subordinada no mundo neocolonial, UFBA, 2001, http://www.nec.ufba.br/artigos/Artigos/Revista_Analise_e_Dados/2001.12%20-%20Brasil%20Industrial%20do%20capitalismo%20retardat%C3%A1rio%20%C3%A0%20inser%C3%A7%C3%A3o%20subordinada%20no%20mundo%20neocolonial.pdf, consultado em 27/07/08
- NEVES**, Magda de Almeida, Reestruturação produtiva e estratégias no mundo do trabalho: as conseqüências para os trabalhadores, in: **NETO**, Antônio Moreira de Carvalho, **CARVALHO**, Ricardo Augusto Alves, Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90, Belo Horizonte, Ed. PUC Minas, 1998.
- NEVES**, Jorge A. B., **HELAL**, Diogo Henrique, Associativismo, Capital Social e Mercado de Trabalho, in **AGUIAR**, Neuma, Desigualdades Sociais, Redes de Sociabilidade e Participação Política, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2007.
- NETO**, Eduardo Rios, Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2005 – Racismo, pobreza e violência, Cedeplar, UFMG, 2005.
- NORTH**, C.C. e **HATT**, P. K., Jobs and occupations: a popular evaluation, *Opinion News*, vol. 9, 1947: 3-13.

- OSTERMAN**, Paul, An Empirical Study of Labor Market Segmentation, *Industrial and Labor Relations Review*, Vol. 28, nº 4, (jul.), 1975: 508-523.
- ONU (UN- HABITATO)** *The Challenge of Slums: Global Report on Human Settlements*, 2003, www.globalpolicy.org/component/content/article/211/44579.html, consultado em 12/05/08.
- OIT**, La igualdad en el trabajo: afrontar los retos que se plantean Informe global con arreglo al seguimiento de la Declaración de la OIT relativa a los principios y derechos fundamentales en el trabajo, Conferencia Internacional del Trabajo, 96ª reunión, 2007, <http://s.conjur.com.br/dl/rapp.pdf>, consultado em 23/02/2008.
- PARSONS**, Talcott, O sistema das sociedades modernas. São Paulo, ed. Pioneira, 1974.
- _____. Talcott, “An Analytical Approach to the Theory of Social Stratification”, *The American Journal of Sociology*. Vol.45 n. 6, 1940: 841-862.
- PASTORE**, José, *Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil*, São Paulo, Ed. Queiroz, 1981.
- _____. José; SILVA, Nelson Valle da. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo, ed. Makron Books, 2000.
- PERICÀS**, Joan Miquel Verdi y, *Itinerario biográfico, recursos formativos y empleo. Una aproximación integrada de carácter teórico y metodológico*, Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha, 2001, www.tdx.cesca.es/TESIS_UAB/AVAILABLE/TDX-1118102-184711, consultado em 23 de outubro de 2006.
- PIORE**, M., The Dual Labor Market: Theory and Implications, In GRUSKY, David, *Social Stratification in Sociological Perspective, Class, Race & Gender*, San Francisco, Westview Press, 1994.
- _____. M, *Birds of passage: migrant labor in industrial societies*, Cambridge, Cambridge University, 1979.
- _____. M, *Fragments of a Sociological Theory of Wages*, *The American Economic Review*, Vol. 63, nº 2, (may), 1973: 377-384.
- PNUD**, Relatório sobre Desigualdades Raciais nas Condições Habitacionais da População Urbana, 2006, consultado em 25/03/2008, <http://www.pnud.org.br/raca/reportagens/index.php?id01=1698&lay=rac>
- POCHMANN**, Márcio, *Desenvolvimento, trabalho e solidariedade*, ed. Cortez Editora – Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2002.
- _____. Márcio, *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*, ed. Contexto, São Paulo, 1999.
- _____. *O mundo do trabalho em mudança*, in: *Relações de trabalho contemporâneas*, NABUCO, Maria Regina, NETO, Antônio Carvalho (Org.), ed. PUC Minas, Belo Horizonte, 1999a.
- PORTES**, Alejandro, Social Capital: Its origins and applications in Modern Sociology, *Annual Rev. Sociology*, 1998: 1-24.

- PRATES**, Antônio Augusto Pereira, CARVALHAES, Flávio Alex de Oliveira, Silva, Bráulio Figueiredo Alves, Capital Social e Redes Sociais, Conceitos redundantes ou complementares? In, AGUIAR, Neuma (org.), Desigualdades Sociais, Redes de Sociabilidade e Participação Política, ed. UFMG, Belo Horizonte, 2007
- PRETECEILLE**, Edmond, VALLADARES, Licia, A desigualdade entre os pobres — favela, favela, in: HENRIQUES, Ricardo (org.), Desigualdade e Pobreza no Brasil, Rio de Janeiro, ed. IPEA, 2000.
- PRZEWORSKI**, Adam, Marxismo e escolha racional, In, Revista Brasileira de Ciências Sociais, 3, 6, fevereiro 1988.
- PUTNAM**, Richard, Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- RAMOS**, Lauro, FERREIRA, Valéria, PADRÕES ESPACIAL E SETORIAL DA EVOLUÇÃO DA INFORMALIDADE NO PERÍODO 1991-2005*, 2006, consultado na internet em 02/08/08, <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/59/33>
- REICH**, Michael, GORDON, David M., EDWARDS, Richard C., A Theory of Labor Market Segmentation, The American Economic Review, vol. 63, nº 2, (may), 1973): 359-365.
- RIBEIRO**, Carlos Antônio Costa, *Estrutura de Classes, Condições de vida e Oportunidades de Mobilidade Social no Brasil*, in VALLE SILVA, Nelson, HANSEBALG, Carlos, Origens e Destinos: Desigualdades Sociais ao Longo da Vida, Rio de Janeiro, Ed. TopBooks, 2003.
- RIGOTTI**, José Irineu, ABREU, João Francisco, FERREIRA, Rafael Liberal, CONCEIÇÃO, Luciene Marques, GONÇALVES, Alisson Eustáquio, Diagnóstico da Distribuição Espacial do Terceiro Setor em Belo Horizonte, consultado em 22/09/08 em www.fundata.org.br/CD_MG_CAOTS_INTERNET/index.htm - 9k, 2006.
- ROCHA**, Mercedes González de la, La reciprocidad amenazada: un costo mas de la pobreza urbana, Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho, ano 5, nº 9, 1999.
- ROEMER**, John, Rational Choice? Marxism: some issues of method and substance, in ROEMER, John, Analytical Marxism, New York, Ed. Cambridge University Press, 1996.
- _____. John, Marxismo de “elección racional”: algunas cuestiones de método y contenido, in ROEMER, John, El Marxismo: una perspectiva analítica, ed. Fondo de Cultura Económica/Economía CONTEMPORÁNEA, 1989.
- SANTOS**, José Alcides Figueiredo, Uma Classificação Socioeconômica para o Brasil, RBCS, Vol. 20, nº 58, São Paulo, 2005.
- SALAMA**, Pierre, Pobreza e Exploração do Trabalho na América Latina, São Paulo, ed. Boitempo editorial, 1999.
- SCALON**, Maria Celi, RIBEIRO, Carlos Antonio Costa, Mobilidade de Classe no Brasil em Perspectiva Comparada, Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 44, nº 1, 2001.

- SCHULTZ**, T. W., Investments in Human Capital, in: KARABEL, Jerome e HALSEY, A. (Org.), Power and Ideology in Education, Nova York, Oxford University Press, 1997.
- _____. T. W., Investments in Human Capital,. American Economic Review, v. 51, mar., 1961: 1-17.
- SILVA**, Helio R. S., MILITO, Cláudia, Vozes do Meio-Fio, Etnografia, Rio de Janeiro, Ed. Relume Dumará, 1995.
- SINGER**, W. H., Dualism Revisited: a new approach to the problems of the dual society in developing countries, J. Dev. Stud, n°7, 1970: 60-75.
- SMITH**, Adan, Época, vida, filosofia e obras de Adam Smith, www.cobra.pages.nom.br/fmp-smith.html, consultado em 03/10/06.
- SOJA**, Edward. Geografias Pós-Modernas, Rio de Janeiro, ed. Zahar, 1993.
- TAUBMAN**, Paul e WACHTER, Michael. Segmented Labor Markets, Handbook of Labor Economics. Orley Ashenfelter e Richard Layard, Eds. Amsterdam, Elsevier Science, Publishers, v. 2, 1986.
- TEIXEIRA**, Aurora, *On The Link Between Human Capital And Firm Performance, a Theoretical and Empirical Survey*, Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Revista Eletrônica Investigação - Trabalhos em curso n° 121, Novembro de 2002, Porto, Portugal www.fep.up.pt/investigacao/workingpapers/wp121.pdf. consultado em 03 de maio de 2007.
- THUROW**, Lester, Education and Economic Equality. Investment in Human Capital, in: KARABEL, Jerome e HALSEY, A. (Org.), Power and Ideology in Education, New York, Oxford University Press, 1997.
- _____. Lester, Generating Inequality: mechanisms of distribution in the U.S. economy, New York, ed. Basic Book, 1975.
- VALLADARES**, Lícia do Prado, A Invenção da Favela, do mito de origem à favela.com, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2005.
- _____. Licia do Prado, PRETECEILLE, Edmond, Reestruturação Urbana, tendências e desafios, Rio de Janeiro, ed. Nobel/IUPERJ, 1990.
- VALLE SILVA**, Nelson do, Introdução à Análise de Dados Qualitativos, São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais Ltda., 1990.
- _____. Nelson do, HASEMBALG, Carlos, *Origens e Destinos: Desigualdades sociais ao longo da vida*, Rio de Janeiro, ed. TopBooks, 2003.
- _____. Nelson do, HASENBALG, Carlos, Cor e estratificação social no Brasil, Rio de Janeiro, ed. Contracapa, 1999.
- VIEIRA**, Maria Lúcia, RAMOS, Lauro, Determinantes da desigualdade de rendimentos no Brasil nos anos 90: discriminação, segmentação e heterogeneidade dos trabalhadores, in: HENRIQUES, Ricardo (org.), Desigualdade e Pobreza no Brasil, Rio de Janeiro, ed. IPEA, 2000.
- VIETORISZ**, T. e HARRISON, B. Labor Market Segmentation: Positive Feedback and Divergent Development. American Economic Review, v. 63, n.2, may, 1972.

- WALLACE**, Ruth A., **WOLF**, Alison, *Contemporary Sociological Theory, continuing the classical tradition*, New Jersey, ed. Prentice Hall, 1995.
- WATANABE**, Hiroshi, **BRAGA**, Welber da Silva, *Morro do Querosene, alguns aspectos da formação de uma favela*, D.A. FAFICH, 1960.
- WACHTER**, Michael, **GORDON**, R. A, **PIORE**, Michael J., **HALL**, Robert E., *Primary and Secondary Labor Markets: A critique of the Dual Approach*, *Brookings Papers on Economic Activity*, vol. 1974, nº 3, pp. 637-693.
- WACQUANT**, Loic, *Os condenados da cidade*, Rio de Janeiro, ed. Revan – Observatório IPPUR/UFRJ/FASE, 2001.
- WEBER**, Max, *Conceitos Sociológicos Fundamentais*, in **WEBER**, M., *Economia e Sociedade*, Vol. 1, DF, Ed. Univ. Brasília, 2004.
- _____. Max, *Ensaio de Sociologia*, São Paulo, Ed. LCT, 1982.
- WILSON**, William Julius, *When Work Disappears: the world of the new urban poor*, New York, Reprint Eddo, , 1996 .
- _____. *The truly disadvantaged: the inner city, the underclass, and public policy*, Chicago, the University of Chicago Press, 1987.
- WILSON**, Frank Harold, *Race, Class, and the Postindustrial City*, William Julius Wilson and the promise of sociology, New York, State University of New York Press, 2004.
- WISSENBACH**, Cristina Cortez, *Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível*, in **SEVCENKO**, Nicolau (org.) *República: Da Belle Époque à Era do Rádio*, São Paulo, ed. Companhia das Letras, 1998.
- WRIGHT**, Erik Olin, *Varieties of marxist Conceptions of Class Structure*, In **GRUSKY**, David, *Social Stratification in Sociological Perspective, Class, Race & Gender*, San Francisco, Westview Press, 1994.
- _____. Erin Olin, *A General Framework for the Analysis of Class Structure*, In **GRUSKY**, David, *Social Stratification in Sociological Perspective, Class, Race & Gender*, San Francisco, Westview Press, 1994a.
- _____. Erik Olin, *Classe, Crise e o Estado*, Rio de Janeiro, editora Jorge Zahar editores, 1981
- ZALUAR**, Alba, **ALVITO**, Marcos, *Um século de favela*, Rio de Janeiro, ed. FGV, 2003.
- ZUCKER**, Lynne G., **ROSENSTEIN**, Carolyn, *Taxonomies of Institutional Structure: Dual Economy Reconsidered*, *American Sociological Review*, vol. 46, nº 6 (dec.) 1981): 869-884.